
Comentários

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD foi implantada nas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do território nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Tendo em vista a influência dessa parcela nos resultados obtidos para o período de 2004 a 2006, as comparações em relação aos anos anteriores foram efetuadas considerando a cobertura geográfica do País que a PNAD alcançava até 2003.

As informações ora apresentadas traçam um panorama da situação mais recente do País, em termos de seus aspectos socioeconômicos, e mostram, também, a sua evolução em um período mais longo.

Composição e mobilidade populacional

Panorama recente

A distribuição da população do País por faixas etárias mostrou, com os resultados da PNAD 2006, que a tendência observada, em anos anteriores, de envelhecimento populacional persistiu. Enquanto as faixas etárias mais jovens, de uma forma geral, registraram percentuais menores do que os observados em 2005, as faixas de idade mais elevadas mostraram aumento na participação da população total residente. A taxa de fecundidade, em 2006, estimada em 2,0 nascimentos por mulher, confirmou a tendência de queda, uma vez que, em 2005, esta taxa foi de 2,1 nascimentos por mulher.

Todas as regiões tiveram comportamento similar na estrutura etária, ou seja, redução no percentual de crianças e aumento do percentual de pessoas com idade mais avançada, o que é verificado a partir das proporções de pessoas de 0 a 9 anos e de 40 anos ou mais de idade no total da população residente para Brasil e Grandes Regiões. De acordo com estes dados, o movimento foi ainda mais acentuado nas Regiões Sudeste e Sul do que o observado para o País. Nessas regiões, a diferença entre as participações dos grupos de idade apresentados ultrapassou 20 pontos percentuais.

Tabela 1 - Percentual de pessoas de 0 a 9 anos de idade e de 40 anos ou mais de idade na população residente, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2005-2006

Grupos de idade	Percentual de pessoas de 0 a 9 anos de idade e de 40 anos ou mais de idade na população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2005						
0 a 9 anos	17,1	22,5	19,3	15,3	15,6	17,6
40 anos ou mais	31,5	22,3	27,6	34,9	34,8	28,5
2006						
0 a 9 anos	16,5	21,6	18,6	14,7	15,1	16,8
40 anos ou mais	32,3	23,2	28,4	35,8	35,7	29,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa por Amostra de Domicílios 2005-2006.

A Região Norte, que mostrou a estrutura etária menos envelhecida, registrou a menor diferença entre os percentuais de pessoas de 0 a 9 anos e de 40 anos ou mais de idade. Também foi a única região que apresentou o contingente de crianças de 0 a 4 anos (1,6 milhão) maior que o de pessoas de 60 anos ou mais de idade (aproximadamente 979 mil).

Analisando por Unidade da Federação, confirma-se que os estados da Região Norte tinham, em geral, percentual de pessoas de 0 a 4 anos acima do percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Destaca-se o Acre, cujo percentual de pessoas de 0 a 4 anos de idade (12,0%) foi o maior entre os estados. No lado oposto, estava o Rio de Janeiro, onde apenas 5,9% da população residente situava-se nesta faixa etária, além de ser o estado que concentrava o maior percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, 14,1%. Outro estado que se destacou pelo elevado percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade foi o Rio Grande do Sul (12,4%).

As mudanças verificadas na estrutura etária ocorreram, em direção ao envelhecimento, indiscriminadamente para homens e mulheres. É possível perceber, contudo, que a população feminina de 0 a 4 anos de idade era, em 2006, 6,7 % inferior à população masculina nesta mesma faixa etária, enquanto na faixa de 60 anos ou mais de idade a população de mulheres superava a dos homens em 21,2%, ou seja: nascem mais homens, mas as mulheres vivem mais, resultando num estreitamento mais intenso da base da pirâmide etária para mulheres do que para homens.

Em 2006, a população do País era composta por cerca de 91 milhões de homens e 96 milhões de mulheres. Apenas na Região Norte, o número de homens superou o de mulheres, fato que não ocorreu em 2005. Vale acrescentar que, ao considerar a faixa

etária, a população feminina com 60 anos ou mais de idade foi relativamente inferior, nesta região, à das demais. Enquanto na Região Norte 51,5% das pessoas nesta faixa de idade eram mulheres, nas demais regiões, estas proporções foram mais elevadas: Sudeste (57,2%); Sul (55,9%); Nordeste (55,2%); e Centro-Oeste (52,5%).

No País, em 2006, o número médio de pessoas por domicílio ficou em 3,4 e, por família, em 3,2. A Região Norte apresentou a média mais elevada nos dois indicadores (4,0 pessoas por domicílio e 3,5 pessoas por família), e as Regiões Sul e Sudeste as mais baixas (ambas com 3,2 pessoas por domicílio e 3,0 pessoas por família). O número médio de pessoas por domicílio e por família foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino.

Do total de domicílios particulares permanentes, 55,8% tinha até três moradores e 2,3% tinha 8 moradores ou mais. Na Região Norte, estes indicadores foram estimados em 44,0% e 5,8%, respectivamente, contrastando com a realidade da Região Sul, onde 61,0% dos domicílios tinham até três moradores e apenas 1% tinham oito ou mais moradores.

Foram registradas 59 milhões de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, das quais 40 milhões (68,6%) informaram que a pessoa de referência da família era do sexo masculino. Embora a proporção tenha diminuído em relação a 2005 (69,4%), a predominância masculina nesta condição ainda é um fato.

Segundo a cor ou raça, em 2006, a população residente do Brasil era composta por 49,7% de brancos, 42,6% de pardos e 6,9% de pretos. Pôde-se observar um ligeiro aumento da participação dos pretos que, em 2005, era de 6,3% do total de pessoas. Este aumento resultou da elevação do percentual de pretos nas Regiões Norte (3,8% para 6,2%), Nordeste (7,0% para 7,8%) e Sudeste (7,2% para 7,7%). O aumento observado foi acompanhado de uma redução da população parda nestas regiões. As demais regiões não sofreram alteração na composição da população por cor ou raça.

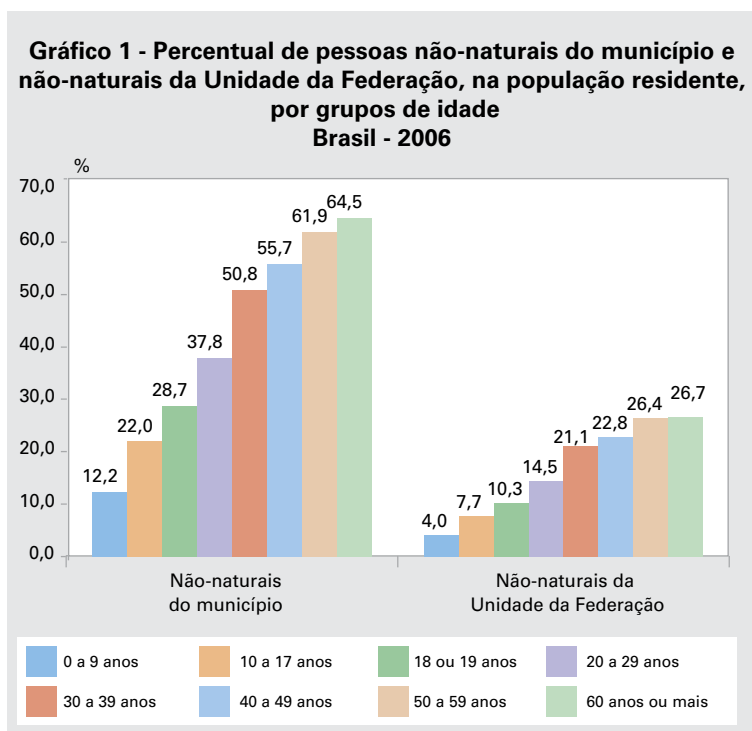
Entre as regiões brasileiras, esta composição mostrou-se bastante diferenciada: enquanto na Região Norte e na Região Nordeste predominavam pardos e pretos, na Região Sul, quase 80% das pessoas eram brancas.

Com relação à migração, foi registrado que, em 2006, as pessoas não-naturais do município de residência correspondiam a 40,0% da população do País e aquelas não-naturais da Unidade da Federação em que moravam representavam 16,0%.

Em termos regionais, no que se refere à naturalidade em relação ao município de residência, na Região Centro-Oeste, a população não-natural superou à natural. Situou-se em 54,2% o percentual de residentes não-naturais do município de moradia, o que ocorreu nos quatro estados da região. Nas demais, a Região Nordeste registrou 31,5% de não-naturais do município; a Região Sudeste, 41,3%; a Região Norte, 42,2%; e a Região Sul, 44,3%.

Quanto à naturalidade em relação à Unidade da Federação em que residiam, 35,8% dos moradores da Região Centro-Oeste eram não-naturais, mais uma vez representando o comportamento de todos os estados da região, contudo, desta vez, o destaque foi do Distrito Federal, onde 51,8% dos moradores eram não-naturais. No Brasil, destacaram-se Roraima - Unidade da Federação com o maior percentual de moradores não-naturais, 53,7% - e, ainda, o Rio Grande do Sul - estado com o menor percentual de residentes não-naturais, 3,8%.

Os migrantes apresentaram estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levias migratórias caracterizarem-se pela maior concentração de pessoas adultas que se deslocam, principalmente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Com o aumento da faixa de idade, verificou-se progressivo crescimento na proporção de migrantes. Segundo os dados de 2006, as pessoas de 18 a 59 anos de idade correspondiam a 55,7% da população de naturais da Unidade da Federação e 71,6% de não-naturais. Em decorrência de sua mais elevada proporção de adultos jovens e de meia-idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) do contingente de não-naturais superava o dos naturais da Unidade da Federação de residência. O nível da ocupação situou-se em 56,4% para as pessoas naturais da Unidade da Federação de moradia e alcançou 60,5% para as não-naturais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 a 2006 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, para acompanhar a evolução dos indicadores, os resultados de 2004 a 2006 foram construídos considerando a cobertura geográfica abrangida pela pesquisa até 2003.

A transformação da estrutura etária do País, de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução do número de filhos e do aumento da expectativa de vida da população. A população até 25 anos de idade caiu continuamente, no período de 1981 a 2006. Em 1981, essa população representava 58,2% da população residente; 25 anos depois, este número caiu 13,9 pontos percentuais. Desagregando esta população em faixas de idade, foi possível observar que a redução, em termos percentuais, foi mais acentuada à medida que as faixas de idade diminuía, ou seja: a proporção de pessoas de 0 a 4 anos de idade na população caiu 5,9 pontos percen-

tuais de 1981 para 2006 e, para a população de 5 a 9 anos de idade, a queda foi de 3,5 pontos percentuais no mesmo período. Os dados mostram o estreitamento da base da estrutura etária ao longo dos anos.

Tabela 2 - Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente, segundo os grupos de idade Brasil - 1981/2006

Grupos de idade	Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente (%)					
	1981	1986	1992	1998	2001	2006
Total	58,2	56,1	52,8	49,5	48,1	44,3
0 a 4 anos	13,4	12,4	10,6	9,5	9,2	7,5
5 a 9 anos	12,4	12,5	11,5	9,8	9,5	8,9
10 a 14 anos	11,9	11,4	11,7	10,7	9,8	9,4
15 a 19 anos	11,4	10,3	10,1	10,7	10,3	9,3
20 a 24 anos	9,1	9,5	8,9	8,8	9,3	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2006.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação educacional

Panorama recente

Em 2006, do total de pessoas de 5 anos ou mais de idade no Brasil (173 milhões, aproximadamente), cerca de 54,9 milhões eram estudantes. Houve um aumento de 0,9% do número total de estudantes em relação ao ano de 2005. Elevação que foi maior nas Regiões Norte e Centro-Oeste (1,3%, em ambas).

Ao observar os percentuais das pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade e sexo, que freqüentavam escola em 2006, a presença na escola foi maior no grupo de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, 97,6% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola, ou 0,3 ponto percentual acima do registrado em 2005.

Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mais de 98% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola. Nas Regiões Norte e Nordeste, este percentual foi de 96,0% e 96,9%, respectivamente.

Analisando-se separadamente cada Unidade da Federação, destaca-se Santa Catarina, cujo percentual de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade na escola quase chegou à totalidade (99,0%). Na verdade, esta é uma característica marcante de todos os estados da Região Sul, onde os indicadores educacionais se apresentam sempre superiores relativamente aos das demais regiões do Brasil. No outro extremo, seguindo o resultado regional, as menores taxas de escolarização para este grupo de idade estão nas Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, tais como Acre e Alagoas, por exemplo, nas quais estas taxas foram 94,0% e 95,9%, respectivamente.

Para as outras duas classes em idade escolar – de 5 ou 6 anos e de 15 a 17 anos de idade – os percentuais das pessoas que freqüentavam escola no Brasil foram de 84,6% e 82,2%, respectivamente, em 2006. Em relação ao ano anterior, para o grupo de 15 a 17 anos de idade, houve um aumento desta participação de 0,5 ponto percentual, enquanto para o grupo de crianças de 5 ou 6 anos de idade este crescimento foi mais expressivo (3 pontos percentuais).

Este crescimento no grupo de crianças de 5 ou 6 anos de idade pode ser reflexo da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. O prazo para implementar a obrigatoriedade do ensino fundamental é até 2010, conforme disposto nesta lei. De qualquer forma, como a lei passou a vigorar em 2006, para algumas localidades, a inserção das crianças de 5 ou 6 anos de idade já foi uma realidade.

Assim sendo, verificam-se grandes diferenças nos dados por Unidades da Federação. Em Rondônia, por exemplo, 60,7% de crianças de 5 ou 6 anos de idade freqüentavam escola em 2006, 2,9 pontos percentuais acima da taxa registrada para o ano de 2005. Já no Ceará, em 2006, essa taxa situou-se em 93,2%, 2,1 pontos percentuais superior à de 2005.

Em Alagoas e Mato Grosso do Sul, ao contrário da tendência geral de aumento da participação das crianças nesta faixa etária em estabelecimentos de ensino, houve redução de 1,6 ponto percentual e 0,4 ponto percentual, respectivamente. Em Alagoas, em 2006, 75,2% dessas crianças freqüentavam escola, enquanto no Mato Grosso do Sul este percentual era de 75,7%. Espírito Santo foi a Unidade da Federação cuja participação das crianças de 5 ou 6 anos de idade na escola, em 2006, mais cresceu em relação a 2005 (9,2 pontos percentuais, atingindo o valor de 85,7%, em 2006).

Para os demais grupos de idade, pessoas de 18 a 24 e de 25 anos ou mais de idade, a participação no sistema educacional em 2006 foi de 31,7% e 5,6%, respectivamente. No grupo de 25 anos ou mais de idade, esta baixa taxa de escolarização pode ser explicada pela presença de pessoas com idades mais elevadas que, seguido o curso normal da escolarização, já estariam fora do sistema educacional regular.

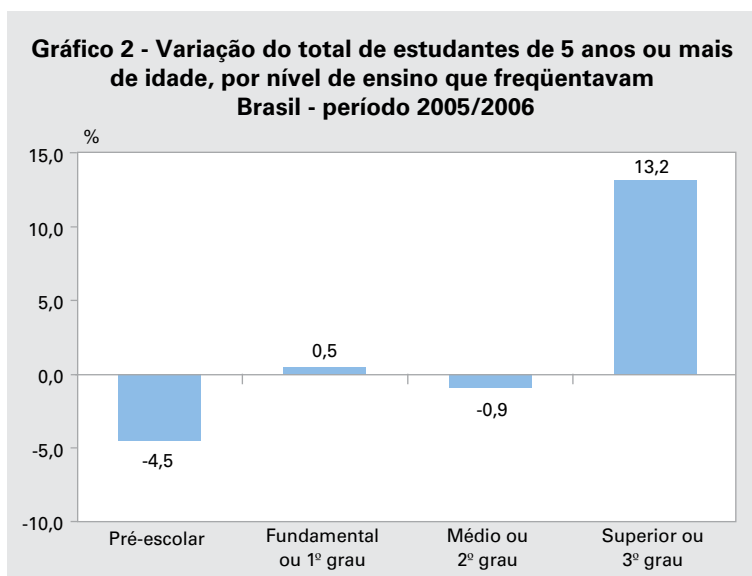
Na análise da escolarização por gênero, verifica-se que em todos os grupos de idade as mulheres tinham um percentual maior de freqüência à escola que os homens. Para o grupo em idade escolar de 5 a 17 anos de idade, 92,4% das mulheres declararam que estavam na escola, enquanto este percentual para as pessoas do sexo oposto era de 91,9%. Em todas as regiões esta diferença ocorreu, não sendo significativa na Região Centro-Oeste (0,1 ponto percentual).

A participação no sistema educacional é diferenciada entre regiões à medida que a idade avança. Na Região Norte, por exemplo, em 2006, enquanto 9,9% das mulheres de 25 anos ou mais de idade freqüentavam a escola, apenas 5,5% dos homens nesta faixa etária estavam nesta situação. Na Sudeste estes percentuais foram, respectivamente, 5,4% e 4,5%.

Outro dado interessante é que nas Regiões Norte e Nordeste encontravam-se os maiores percentuais de participação na escola das pessoas nos dois últimos grupos de idade apresentados. Na Região Norte, 32,6% e 7,7% das pessoas de 18 a 24 e de 25 anos ou mais de idade, respectivamente, freqüentavam a escola. No Nordeste, estes valores eram de 33,8% e 6,6%, respectivamente. Nas Regiões Sul e Sudeste, estes percentuais foram mais baixos comparativamente.

Com relação ao nível de ensino, o número de estudantes no ensino superior ou de 3º grau cresceu 13,2%, de 2005 para 2006.

Nos demais níveis de ensino, houve decréscimo do total de estudantes (4,5% no pré-escolar e 0,9% no ensino médio ou de 2º grau) ou ligeiro aumento (0,5% no ensino fundamental ou de 1º grau). Parte deste fenômeno pode estar sendo explicado por mudanças na estrutura demográfica, como o envelhecimento populacional, bem como, pela procura mais intensa, do que nos anos anteriores, por cursos de nível universitário por parte das pessoas que já finalizaram o nível médio ou equivalente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Um maior número de estudantes com 5 anos ou mais de idade, em 2006, foi absorvido em estabelecimentos de ensino da rede particular. Apesar de o número de estudantes da rede pública ter sido significativamente maior que o da rede privada (43,7 milhões contra 11,2 milhões, respectivamente), de 2005 para 2006, o total de estudantes na rede particular cresceu 7,5%, enquanto na rede pública diminuiu 0,7% no mesmo período.

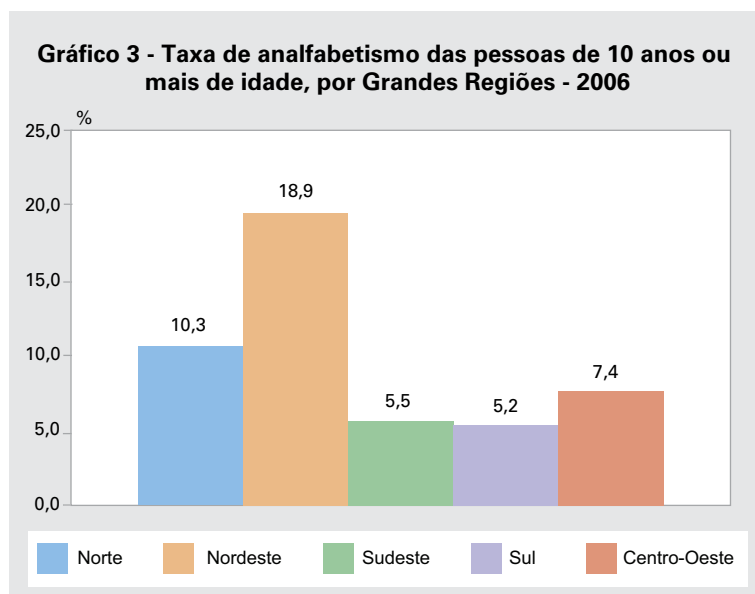
A expansão do número de estudantes na rede privada foi mais forte no nível de ensino superior ou de 3º grau. Em 2006, existiam 15,3% estudantes a mais na rede privada deste nível de ensino comparativamente ao ano de 2005.

Com relação à distribuição dos estudantes de cada nível de ensino pelas redes pública ou privada, verifica-se que o ensino público permaneceu sendo preponderante nos níveis iniciais de ensino. Este fato é explicado pela obrigatoriedade legal da oferta de ensino fundamental na rede pública. O ensino privado, por sua vez, se fez mais presente em termos de freqüência para o último nível do sistema educacional (superior). Este fenômeno ocorreu em todas as Grandes Regiões, contudo, nas Regiões Norte e Nordeste, a importância da rede pública de ensino foi relativamente maior, sobretudo nos últimos níveis do sistema educacional. Enquanto nas Regiões Norte e Nordeste 41,9% e 36,6% dos estudantes de nível superior freqüentavam a rede pública, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, estes percentuais eram de 18,2%, 22,1% e 26,5%, respectivamente.

Além da caracterização da freqüência à escola, outros indicadores são relevantes para a análise da situação educacional do País. Um indicador bastante utilizado e de extrema relevância é a taxa de analfabetismo. Esta taxa corresponde à percentagem dos indivíduos de um determinado grupo etário que são analfabetos em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Na PNAD, por definição, uma pessoa alfabetizada é aquela que responde que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Existiam, em 2006, no Brasil, 14,9 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade analfabetas, 4,2% a menos que em 2005. A taxa de analfabetismo para este grupo de pessoas foi, em 2005, de 10,2%, enquanto em 2006 foi reduzida para 9,6%. Para as pessoas de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo, em 2006, era de 10,4%, 0,6 ponto percentual inferior à registrada em 2005.

Em 2006 seguiam significativas as diferenças no indicador de analfabetismo entre as regiões. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade na Região Nordeste foi 18,9% e, na Região Norte, 10,3%. Por outro lado, nas Regiões Sul e Sudeste, estes valores foram 5,2% e 5,5%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

As disparidades regionais persistiram. Apesar da expansão da escolarização no Brasil nos últimos anos, as gerações mais idosas, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste, ainda têm um peso importante para a determinação da taxa de analfabetismo. Em 2006, as taxas de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade nas Regiões Norte e Nordeste eram de 15% e 26,8%, respectivamente.

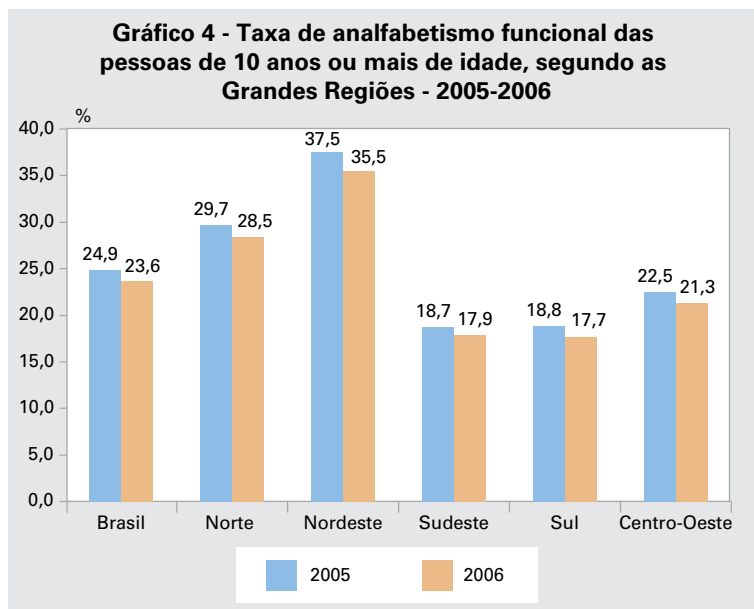
Vale destacar também que, para as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo foi de 4,5%, na Região Norte, e 6,4%, na Região Nordeste. Nas outras Regiões, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os valores para este grupo etário foram bem mais baixos: 1,1%, 0,8% e 1%, respectivamente.

Com relação às diferenças por gênero, verifica-se que, em 2006, a taxa de analfabetismo dos homens de 10 anos ou mais de idade foi de 9,9%, enquanto a das mulheres foi de 9,3%.

Nas Regiões Norte e Nordeste, a taxa de analfabetismo das mulheres foi menor que a dos homens. Na Região Norte, a taxa de analfabetismo dos homens foi de 11,1% contra 9,6% das mulheres e, na Região Nordeste, estes valores foram 20,9% e 17,0%, respectivamente. Nas Regiões Sudeste e Sul, o patamar desta taxa foi significativamente mais baixo para ambos os sexos, sendo mais elevado para as mulheres (6,1% contra 4,8% e 5,5% contra 4,8%, respectivamente). Na Região Centro-Oeste, em 2006, a taxa de analfabetismo de homens e mulheres foi igual a 7,4%.

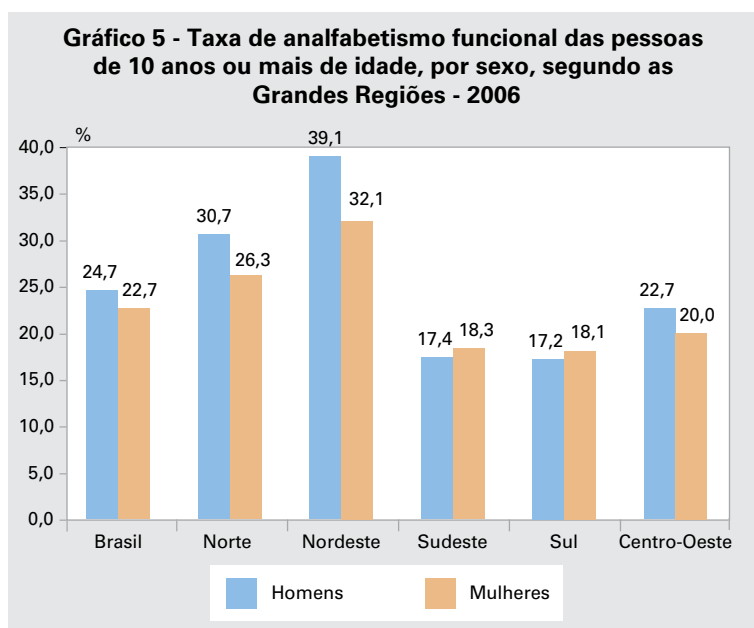
Além da taxa de analfabetismo, optou-se por também apresentar outro indicador utilizado para a compreensão deste fenômeno numa perspectiva mais abrangente: o analfabetismo funcional. Uma pessoa é classificada como alfabetizada funcional se é capaz de utilizar a leitura e a escrita para continuar aprendendo e se aperfeiçoando. O indicador definido para dar uma mensuração aproximada dessa característica é a taxa de analfabetismo funcional que representa a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completos.

Em 2006, existiam no Brasil 23,6% de pessoas de 10 anos ou mais de idade classificadas como analfabetas funcionais, 1,3 ponto percentual a menos que em 2005. Em todas as regiões, de 2005 para 2006, houve decréscimo desta taxa, sendo mais acentuado nas Regiões Norte e Nordeste. Nestas duas regiões, a taxa foi mais alta que nas demais: na Região Nordeste (35,5%) e na Região Norte (28,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Na análise por gênero, a taxa de analfabetismo funcional masculina era superior à feminina (24,7% contra 22,7%, respectivamente). Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, este quadro foi similar, enquanto nas Regiões Sudeste e Sul este patamar se inverte, com as mulheres apresentando maior taxa de analfabetismo funcional do que os homens (18,0% contra 17,0%, aproximadamente, nas duas regiões).



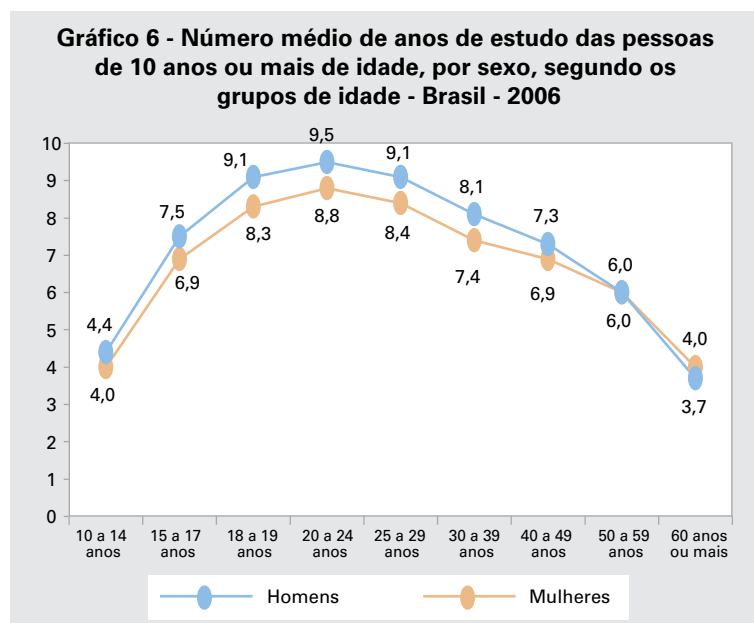
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Quanto ao número médio de anos de estudo completos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2006, este valor era de 6,8 anos, 3% superior ao de 2005. Em termos regionais, este indicador era mais alto na Região Sudeste (7,5 anos) e na Região Sul (7,2 anos). Na Região Norte, a média de anos de estudo completos das pessoas de 10 anos ou mais de idade era de 6,2 anos, enquanto na Região Nordeste era bem mais baixa, 5,6 anos.

As mulheres, em geral, possuíam, em média, mais anos de estudo completos que os homens. No Brasil, em 2006, elas tinham 7 anos de estudo completos, em média, enquanto eles tinham 6,6 anos de estudo completos. Em termos regionais, as diferenças por gênero em termos de anos de estudo persistiam, sendo as menores registradas nas Regiões Sul e Sudeste. Enquanto nas Regiões Norte e Nordeste as mulheres tinham, em média, 10,2% e 13,5% mais anos de estudo completos, respectivamente, que os homens, nas Regiões Sul e Centro-Oeste, estas diferenças relativas eram, respectivamente, 1,4% e 7,4%. Na Região Sudeste, ambos, homens e mulheres com 10 anos ou mais de idade, possuíam uma média de 7,5 anos de estudo completos.

Em referência ao avanço educacional entre as gerações, enquanto nos grupos de idade mais avançada, de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade, o número médio de anos de estudo foi de 6,0 e 3,8, respectivamente, para os grupos de 18 ou 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade, este indicador foi de 8,7, 9,1 e 8,7 anos de estudo, respectivamente. As crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, tinham, em média, mais anos de estudo completos do que as pessoas de 60 anos ou mais de idade (4,2 anos de estudo completos).

Segundo a idade, as diferenças entre homens e mulheres persistiam sendo menores para os dois últimos grupos (50 a 59 anos e 60 anos ou mais de idade). Em termos regionais, as diferenças, segundo as faixas etárias, foram pequenas entre os mais jovens, sendo ampliadas à medida que se avança na idade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Evolução temporal

(indicadores de 2004, 2005 e 2006 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

O panorama recente da educação mostrou avanços em termos do total de pessoas de 5 a 17 anos que freqüentavam escola, sobretudo para as crianças de 5 ou 6 anos de idade. Quando são analisados os dados em um espaço de tempo mais longo (dez anos), este resultado é confirmado, mostrando-se mais expressivo. O percentual de pessoas que não freqüentavam a escola nos grupos de idade escolar (5 ou 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos de idade) caiu substancialmente de 1996 a 2006.

Para o grupo de crianças de 5 ou 6 anos de idade, o percentual que não freqüentava escola em 1996 era de 35,8%. Em 2001, este percentual já tinha atingido o valor de 23,8%. De 2001 para 2006, caiu 9 pontos percentuais. Em 2006, apenas 14,7% de crianças de 5 ou 6 anos de idade não freqüentavam escola.

Este fenômeno ocorreu em todas as Grandes Regiões. Destacam-se as Regiões Nordeste e Sudeste, onde, em 2006, a proporção de crianças de 5 ou 6 anos de idade que não freqüentavam escola foi de 12,4% e 11,0%, respectivamente, bem abaixo dos valores registrados em 1996 (35,2% e 33%, respectivamente). Nas outras regiões, de 1996 a 2006, também houve uma forte redução da taxa de não freqüência à escola das crianças de 5 ou 6 anos de idade (de 13 a 20 pontos percentuais).

Para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, o percentual das que não freqüentava escola já estava abaixo dos 5% desde 2001, tanto para o Brasil quanto para todas as regiões. A Região Nordeste apresentou uma melhoria considerável, pois, enquanto no ano de 1996 13,6% das pessoas neste grupo de idade não freqüentavam a escola, em 2006, este percentual já tinha sido reduzido para 3,1%. Em todas as demais regiões o percentual de pessoas de 7 a 14 anos de idade que não freqüentavam escola, em 2006, foi reduzido em mais de 4 pontos percentuais quando comparado ao ano de 1996.

Tabela 3 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1996/2006

Ano	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
5 ou 6 anos						
1996	35,8	33,7	35,2	33,0	42,3	42,0
2001	23,8	27,3	20,5	20,4	34,1	32,6
2006	14,7	20,4	12,4	11,0	22,6	22,3
7 a 14 anos						
1996	8,7	7,9	13,6	5,9	6,4	7,1
2001	3,5	4,7	4,8	2,6	3,0	2,9
2006	2,3	3,5	3,1	1,7	1,6	1,9
15 a 17 anos						
1996	30,5	22,5	34,4	27,7	34,0	28,5
2001	18,9	19,8	20,8	16,4	21,1	19,8
2006	17,5	16,9	20,4	14,8	19,3	17,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Para o grupo de jovens e adolescentes de 15 a 17 anos de idade, também se observou uma diminuição significativa do percentual de não freqüência à escola. No Brasil, em 1996, 30,5% destas pessoas não freqüentavam escola. Em 2006, esta taxa foi reduzida em 13 pontos percentuais. Do total de jovens de jovens e adolescentes nesta faixa etária, 17,5% não freqüentavam escola em 2006.

Essa tendência também foi verificada em todas as Grandes Regiões. Na Região Nordeste, a taxa de não freqüência à escola deste grupo de idade era de 34,4%, sendo reduzida para 20,4%, em 2006. A maior redução, em termos percentuais, ao longo desses 10 anos, foi na Região Sul (14,7 pontos percentuais), caindo de 34,0%, em 1996, para 19,3%, em 2006.

Com relação à taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, verifica-se redução de 4,3 pontos percentuais, de 1996 para 2006. Este fenômeno ocorreu em todas as Grandes Regiões, sendo mais acentuado na Região Nordeste. Em 1996, 27,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não eram alfabetizadas. No ano de 2006, este indicador situou-se em 18,9%.

Nas demais regiões, entre 1996 e 2006, a taxa de analfabetismo também foi reduzida em mais de 2 pontos percentuais. Na Região Sul e na Região Sudeste, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade passou de 7,9%, em 1996, para 5,2% e 5,5%, em 2006, respectivamente. Na Região Centro-Oeste e na área urbana da Região Norte, as taxas de analfabetismo eram, em 1996, de 10,3% e 10,6%, passando para 7,4% e 7,8%, respectivamente, em 2006.

Para as outras duas faixas etárias, pessoas de 10 a 14 anos e pessoas de 15 anos ou mais de idade, a análise da taxa de analfabetismo é bem similar à descrita no parágrafo anterior. Para todas as regiões, de 1996 a 2006, houve redução da proporção de pessoas analfabetas.

Este decréscimo foi mais forte na Região Nordeste, que possuía, tanto em 2006 como em 1996, a maior taxa de analfabetismo. Em 1996, 20,2% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade moradoras da Região Nordeste não eram alfabetizadas. Em 2006, este percentual se reduziu para 6,4%, mas permaneceu sendo o mais alto de todas as regiões brasileiras. Para o grupo de pessoas de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo, em 1996, na Região Nordeste, era de 28,7%, caindo para 20,7%, em 2006. Para todas as demais regiões, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade ficou abaixo dos dois dígitos.

Com relação ao número médio de anos de estudo completos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, de 1996 a 2006, houve um aumento de 30,2%. Em 2006, o número médio de anos de estudo situou-se em 6,9, sendo mais alto para as mulheres (7 anos de estudo) do que para os homens (6,7 anos de estudo). Esta diferença entre homens e mulheres foi reduzida no período analisado. Em 1996, o número médio de anos de estudo completos das mulheres era 5,8% maior que o dos homens. Já em 2006, o número médio de anos de estudo completos das mulheres era 4,5% maior que o dos homens.

Para as pessoas de 20 a 24 anos de idade, houve um aumento de 2,3 anos de estudo, em média, de 1996 para 2006. Em 1996, homens e mulheres de 20 a 24 anos de idade tinham, em média, 6,5 e 7,3 anos de estudo completos, respectivamente. Em 2006, estes valores modificaram-se para 8,8 e 9,5 anos de estudo completos, respectivamente.

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1996/2006

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1996	13,7	10,6	27,3	7,9	7,9	10,3
2001	11,4	9,7	22,2	6,8	6,4	9,2
2006	9,4	7,8	18,9	5,5	5,2	7,4
10 a 14 anos de idade						
1996	8,3	5,9	20,2	2,0	1,7	2,8
2001	4,2	4,4	9,5	1,2	1,2	1,9
2006	2,9	2,6	6,4	1,1	0,8	1,0
15 anos ou mais de idade						
1996	14,6	11,6	28,7	8,7	8,9	11,6
2001	12,3	10,6	24,2	7,5	7,1	10,2
2006	10,2	8,7	20,7	6,0	5,7	8,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

(1) Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Para as pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais e de 20 a 24 anos de idade, também houve aumento da média de anos de estudo. Em 1996, as médias de escolaridade eram 5,9 anos e 6,9 anos para estes dois grupos, respectivamente. Em 2006, estes valores passaram para 7,7 anos e 9,3 anos, respectivamente. As diferenças entre homens e mulheres ocupados foram reduzidas de 1996 a 2006, contudo, as ocupadas permanecem com uma média de anos de estudo superior à dos ocupados nos dois grupos de idade analisados.

Tabela 5 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de idade - Brasil - 1996/2006

Ano	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
Total						
1996	5,3	5,2	5,5	5,9	5,6	6,5
2001	6,1	6,0	6,3	6,8	6,4	7,4
2006	6,9	6,7	7,0	7,7	7,2	8,2
20 a 24 anos						
1996	6,9	6,5	7,3	6,9	6,3	7,9
2001	8,0	7,6	8,4	8,1	7,5	9,1
2006	9,2	8,8	9,5	9,3	8,8	10,0
25 anos ou mais						
1996	5,4	5,4	5,4	6,0	5,7	6,4
2001	6,0	6,0	6,1	6,6	6,3	7,2
2006	6,8	6,7	6,9	7,4	7,0	8,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

No que se refere ao percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, desagregada por gênero, a primeira constatação é a de que houve um aumento de 13 pontos percentuais das pessoas com 11 anos ou mais de estudo. Isto se refletiu diretamente no aumento do número médio de anos de estudo da análise anterior. Em 2006, o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo superava o dos homens (31,1% contra 27,3%, respectivamente). Em 1996, este percentual para as mulheres era de 17,3% e, para os homens, 15,1%.

Para o total de ocupados, este crescimento no percentual de pessoas com 11 anos ou mais de escolaridade de 1996 a 2006 é similar, contudo mais acentuado. De 1996 a 2006, a proporção de pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de escolaridade cresceu 16,1 pontos percentuais. Estes percentuais foram mais expressivos para as mulheres. Em 1996, 27,3% das mulheres ocupadas tinham 11 anos ou mais de escolaridade e, em 2006, esta porcentagem passou para 44,2%, bem superior à dos homens ocupados (33,5%).

Tabela 6 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo - Brasil - 1996/2006

Ano	Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1996	16,2	15,1	17,3	22,0	18,6	27,3
2001	21,7	20,1	23,2	28,9	24,6	35,1
2006	29,2	27,3	31,1	38,1	33,5	44,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação do mercado de trabalho

Panorama recente

Era 156 milhões o tamanho da população em idade ativa (pessoas de 10 anos ou mais de idade), na última semana de setembro de 2006, segundo os dados da PNAD. Em relação a 2005, esta estimativa cresceu 2,2%. A pesquisa revelou, também, que a maioria estava concentrada na área urbana (83,8%).

Nas cinco Grandes Regiões, foi observado crescimento dessa população em relação a 2005. Na Região Norte o aumento foi de 3,3%, na Centro-Oeste, de 3,0% e nas demais, variou de 1,9% a 2,1%.

As mulheres representavam, em 2006, 51,8% do contingente em idade ativa do País, ficando evidenciado que eram maioria em todas as regiões, com destaque da Região Sudeste, onde representavam mais de 52%. Merecem atenção as variações do contingente de homens em idade ativa nas Regiões Norte e Centro-Oeste que, em relação a 2005, cresceu 4,2% e 3,4%, respectivamente.

De acordo com a faixa etária, a população em idade ativa no País estava assim distribuída em 2006: de 10 a 14 anos, 11,3%; de 15 a 17 anos, 6,7%; de 18 a 24 anos, 15,5%; de 25 a 49 anos, 43%; e de 50 anos ou mais de idade, 23,4%.

A análise da composição etária nas áreas urbanas e rurais revelou diferenças na distribuição da população em idade ativa. Em 2006, enquanto na área urbana a população com menos de 18 anos de idade representava 17,2%, na rural, era 21,9%.

Observou-se, também, que, na área urbana, a faixa de pessoas de 25 a 49 anos de idade representava 43,8% desta população, enquanto na rural, 39,4%.

Mereceu abordagem criteriosa a questão da escolaridade da população em idade ativa, dado sua significância para a análise do mercado de trabalho. Perto de 90% da população em idade ativa concluiu pelo menos um ano de estudo. Destes, metade não concluiu o ensino fundamental ou equivalente; pouco menos de 1/5 conseguiu concluí-lo sem completar o ensino médio ou equivalente. Apenas 28,9% completaram o ensino médio ou equivalente.

Ainda no que se refere ao nível de escolaridade, cerca de 1/3 das mulheres em idade ativa concluíram o ensino médio ou equivalente, enquanto entre os homens esta proporção ficou ligeiramente menor (26,9%).

Na perspectiva comparada das situações urbana e rural, a análise da escolaridade da população em idade ativa evidenciou dois países distintos: um urbano, onde 8% da população em idade ativa tinha menos de um ano de estudo, e um outro rural, onde a população na mesma situação representava mais de 1/5. Cabe destacar ainda, que, nesse País urbano, pouco mais da metade da população em idade ativa concluiu pelo menos o ensino fundamental ou equivalente, acentuando-se ainda mais a discrepância em relação ao País rural, onde pouco menos de 1/5 da população tem este nível de escolaridade.

Aproximadamente 97,6 milhões de pessoas eram economicamente ativas e assim foram consideradas por estarem trabalhando ou procurando por trabalho na última semana de setembro daquele ano. Esta estimativa mostrou que a força de trabalho do País cresceu 1,4% em um ano.

A despeito desse aumento, ocorreu redução da proporção dos economicamente ativos em relação à população em idade ativa: de 62,9%, em 2005, para 62,4%, em 2006. A queda na taxa de atividade dos homens foi de 73,6% para 72,9% e a das mulheres, de 52,9% para 52,6%.

É interessante observar que duas regiões apresentaram crescimento significativo da população economicamente ativa quando comparadas com 2005. Foram elas as Regiões Sudeste (2,3%) e a Sul (1,9%).

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido cada vez mais expressiva. Neste sentido, a PNAD vem reforçar esta constatação, indicando que elas já somavam, em 2006, 42,6 milhões neste mercado. Em contrapartida, os homens, que não eram maioria na população em idade ativa, se constituíram em maioria no mercado de trabalho. Foi crescente, porém, a participação das mulheres: em 2004, era de 43,1%; em 2005, 43,5%; e, em 2006, 43,7%.

Na análise do mercado de trabalho regional, foram constatados avanços da participação das mulheres nas Regiões Sudeste (de 44,2% para 44,8%) e Sul (de 44,6% para 45,0%). Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não houve alteração significativa dessa participação.

A distribuição da força de trabalho do País por idade, em 2006, foi a seguinte: 2,0% tinham de 10 a 14 anos; 4,2%, de 15 a 17 anos; e 18,5%, de 18 a 24 anos de idade. Na faixa dos 25 a 49 anos, eram 57,0%, e a população de 50 anos ou mais de idade representava 18,2%. A população economicamente ativa cresceu 2,2% no grupo etário de 25 a 49 anos, 6,7% no de 50 a 59 anos e 7,0% no de 60 anos ou mais e declinou nas faixas de idade abaixo dos 25 anos.

A população economicamente ativa, nas áreas urbanas, com menos de 18 anos de idade representava, em 2006, 5,0% e, na rural, 11,7%. Observou-se, também, que a faixa etária de 25 a 49 anos representava 58,9% dessa população na situação de

residência urbana, enquanto na rural participava com 48,5%. Na faixa de 60 anos ou mais de idade, a participação na população urbana economicamente ativa era 5,2%, enquanto na área rural era de 10,9%.

Era de 91,5%, em 2006, o percentual da população economicamente ativa que tinha concluído pelo menos um ano de estudo, entretanto, aproximadamente 2/5 deste grupo não cursaram o ensino médio ou equivalente e outros 2/5 haviam completado o ensino médio ou equivalente.

Entre os homens que estavam na força de trabalho, 90,3% tinham concluído pelo menos um ano de estudo, enquanto para as mulheres o percentual estimado era superior (92,9%). Amplia-se esta diferença entre homens e mulheres quando se comparam os níveis mais altos de escolaridade. Entre as mulheres, 43,5% concluíram o ensino médio ou equivalente, enquanto apenas 1/3 dos homens possuíam este grau de instrução.

A pesquisa estimou, também, que o número de pessoas ocupadas era de 89,3 milhões em 2006. Em um ano foi registrado aumento de 2,4%, ou seja, entraram no mercado de trabalho aproximadamente 2,1 milhões de ocupados. Este crescimento, todavia, ficou abaixo do crescimento registrado em 2005 (3,1% em relação a 2004). O crescimento da população ocupada feminina foi de 3,3%, enquanto a da masculina ficou em 1,8%.

O nível da ocupação (participação dos ocupados na população de 10 anos ou mais de idade) passou de 57,0% em 2005 para 57,2% em 2006. Este sentido positivo, refletiu o crescimento, de 2005 para 2006, no nível da ocupação feminina, que aumentou de 45,3% para 46,8%, enquanto o da masculina passou de 68,3% para 68,2%.

Dentre as cinco Grandes Regiões, a Sudeste foi a única a apresentar variação positiva no nível da ocupação (0,8 ponto percentual). Saliente-se que todas as Unidades da Federação compreendidas nesta região apresentaram elevação nesta estimativa. Vale destacar, ainda, que o aumento do nível da ocupação das mulheres (de 45,5% para 46,5%) foi superior ao dos homens (de 66,3% para 67,0%) no Sudeste.

Os dados da PNAD possibilitaram observar que a participação, na população ocupada, dos ocupados de 40 anos ou mais de idade aumentou 1,1 ponto percentual em relação a 2005, alcançando 40,1% da população ocupada total. O grupo de 50 a 59 anos de idade foi o que apresentou maior elevação de participação na população ocupada (de 12,2% para 12,7%).

Na Região Sudeste, o aumento da participação da população ocupada de 40 anos ou mais de idade foi de 1,4 ponto percentual frente a 2005. Nas demais regiões, o aumento ficou em torno de 0,9 ponto percentual. Para o grupo etário de 50 a 59 anos, foi observado aumento nesta estimativa nas Regiões Norte, Sudeste e Sul (0,9, 0,8 e 0,7 pontos percentuais, respectivamente).

Em 2006, dos 89,3 milhões de ocupados, 33,5 milhões tinham completado pelo menos o equivalente ao ensino médio. Em um ano, a participação deste grupo na população ocupada passou de 35,4% para 37,6%. Ressalte-se, ainda, que a expansão deste grupo dos mais escolarizados na população ocupada foi superior ao registrado, para o mesmo grupo, na população em idade ativa (de 27,2% para 28,9%). Conseqüentemente, a participação dos grupos de 1 a 3 anos e de 4 a 7 anos de estudo apresentaram queda de participação na população ocupada.

Na Região Sudeste, o grupo mais escolarizado representava, em 2006, 45,4% da população ocupada. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, este percentual ficou pouco acima de 38% e, na Região Norte, foi de 30,8%. Cabe salientar que nesta última região

citada foi registrado o maior aumento, em 3,3 pontos percentuais. Na Região Nordeste, os grupos de 4 a 7 anos de estudo e de 11 anos ou mais de estudo apresentaram participação idêntica na população ocupada (26,1%). Em 2005, o grupo de 4 a 7 anos de estudo era o de maior peso na população ocupada naquela região.

Em todas as regiões, o grupo das mulheres com 11 anos ou mais de estudo era o que concentrava maior contingente na população ocupada feminina. Para os homens, entretanto, esta afirmativa era verdadeira apenas nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na Região Sudeste, a participação na população ocupada feminina ultrapassava 50%, sendo de 41,6% no total de homens ocupados.

A Região Nordeste se distingue dos padrões das demais regiões brasileiras, uma vez que 18,1% da população ocupada nesta região sequer completou um ano de estudo, representando mais da metade dos 7,8 milhões das pessoas nesta situação no País.

No Brasil, a atividade agrícola apresentou redução de mais de meio milhão de trabalhadores em um ano. A participação da atividade agrícola, em 2004, era de 21,0%, ou seja, 17,7 milhões de pessoas estavam envolvidos em atividades agrícolas. Em 2005, eram 17,8 milhões e o peso na população ocupada caiu para 20,5%. Em 2006, eram 17,2 milhões e o peso na população ocupada foi inferior a 1/5.

Nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, a maior concentração de trabalhadores ainda estava na atividade agrícola. No Sudeste e Centro-Oeste, o peso da atividade agrícola na população ocupada era de 9,7% e 16,4%, respectivamente.

A participação do pessoal em atividade agrícola na população ocupada caiu significativamente em quase todas as regiões. A Região Nordeste, onde se concentrava o maior contingente desses trabalhadores, cerca de 7,9 milhões, apresentou a maior queda na participação na população ocupada (de 36,1%, em 2005, para 33,8%, em 2006), com redução de 447 mil trabalhadores. Na Região Norte, a participação da atividade agrícola passou de 23,4% para 22,6% da população ocupada. Na Região Sul, onde a atividade agrícola tem peso expressivo, o percentual de trabalhadores caiu em relação a 2005 (de 22,1% para 21,2%). Por fim, a Região Centro-Oeste, com cerca de 1 milhão de trabalhadores na atividade agrícola, também apresentou queda na participação na população ocupada (de 17,6% para 16,4%).

Era de aproximadamente 72 milhões o número de pessoas trabalhando em atividades não-agrícolas, com cerca de 48,0% delas na Região Sudeste.

No grupamento da indústria, foram contabilizadas, em setembro de 2006, 13,2 milhões de pessoas. Observou-se aumento de 1,7% nesta estimativa em relação ao ano anterior. A indústria registrou aumento de contingente apenas nas Regiões Sudeste (3,4%) e Centro-Oeste (8,1%). Vale mencionar que era de 14,8% da população ocupada a participação na indústria, resultado estável em relação a 2005. Na Região Centro-Oeste cresceu a participação deste grupamento na população ocupada em relação a 2005, (10,6% para 11,2%) e, nas demais Regiões, o quadro foi de estabilidade.

O grupamento de comércio e reparação, o segundo maior do País, 15,7 milhões de trabalhadores, apresentou elevação de 1,6% em um ano. Foram registrados crescimentos em quase todas as Grandes Regiões, com exceção do Centro-Oeste (-2,0%). Em 2006, representava 17,6% da população ocupada no Brasil, quadro que se manteve inalterado frente a 2005. Contrariando esta tendência, a Região Centro-Oeste foi a única a apresentar alteração no percentual de pessoas trabalhando neste grupamento (de 19,5% para 18,6%).

Em 2006, no grupamento da construção, estavam alocados 5,8 milhões de trabalhadores, representando 6,5% da população ocupada. Foi observado um aumento do número de trabalhadores de 3,5% em relação a 2005. O destaque foi para a Região

Nordeste, onde o crescimento chegou a 10,3%. Ressalta-se que, ainda assim, não houve, no País, bem como em todas as regiões, mudança na participação na população ocupada em relação a 2005.

No grupamento dos serviços, concentravam-se cerca de 37 milhões de trabalhadores, que representavam 41,5% da população ocupada. Estão incluídos neste grupamento os trabalhadores das atividades de: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 2006

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	19,3	22,6	33,8	9,7	21,2	16,4
Indústria	14,8	14,5	9,4	17,5	18,2	11,2
Indústria de transformação	14,0	13,6	8,8	16,5	17,5	10,4
Construção	6,5	6,7	5,8	7,0	6,0	7,4
Comércio e reparação	17,6	18,2	16,0	18,4	17,6	18,6
Serviços	41,5	37,2	34,6	47,1	36,8	46,2
Serviços domésticos	7,6	6,8	6,7	8,5	6,3	9,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

Com o propósito de conhecer as especificidades das relações de trabalho, a PNAD investigou também a forma como os trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho.

Foi 30,1 milhões o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2006, o que denotou uma ampliação de 4,7% nesta forma de inserção, resultando num acréscimo de 1,3 milhões de pessoas ocupadas. Estes trabalhadores passaram a representar 33,8% da população ocupada. Em 2005, eles representavam 33,1%. Em 2006, os militares e funcionários públicos estatutários eram 5,9 milhões e cresceram 7,4% em relação a 2005. A participação desta categoria na população ocupada passou de 6,3% para 6,6%, de 2005 para 2006.

Outro fato a destacar é a abrangência geográfica da expansão do emprego com carteira assinada, pois em quase todas as regiões foi verificado aumento. Apenas a Região Sul não apresentou elevação na participação do emprego celetista na população ocupada.

O contingente dos outros trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (estimado em 20,8 milhões, em 2006) apresentou expansão de 1,8%. Este aumento não modificou a participação deste grupo na população ocupada (23,2%).

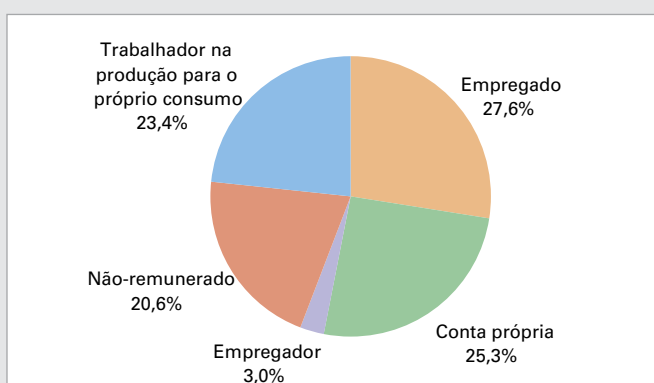
Convém registrar que, no Brasil, os 19 milhões de trabalhadores por conta própria representavam 21,2% da população ocupada, percentual que não se alterou em relação a 2005.

Foram contabilizados, ainda no mesmo ano, 5,4 milhões de trabalhadores não-remunerados, número 8,7% menor que o de 2005. Houve redução, também, na

participação destes trabalhadores na população ocupada (de 6,8%, em 2005, para 6,0%, em 2006).

Analisando a distribuição da população ocupada no segmento da atividade agrícola e considerando as categorias de posição na ocupação, observou-se que o contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo, que representavam, em 2006, aproximadamente 23,4% desta população, apresentou elevação de participação em relação a 2005 (21,9%). Por outro lado, foi verificada queda na participação dos trabalhadores não-remunerados (22,5% para 20,6%).

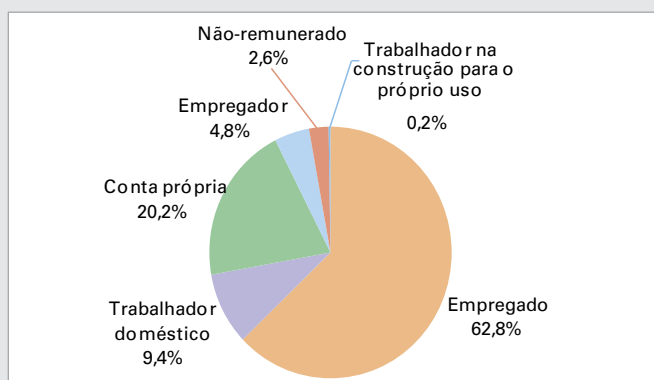
Gráfico 7 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A distribuição da população ocupada na atividade não-agrícola mostrou crescimento na parcela dos empregados (62,2% para 62,8%), enquanto a dos trabalhadores por conta própria caiu (20,8% para 20,2%). Era elevada a diferença existente entre o percentual de trabalhadores não-remunerados inseridos nas atividades agrícolas (20,6%) e o daqueles que atuavam em atividades não-agrícolas (2,6%).

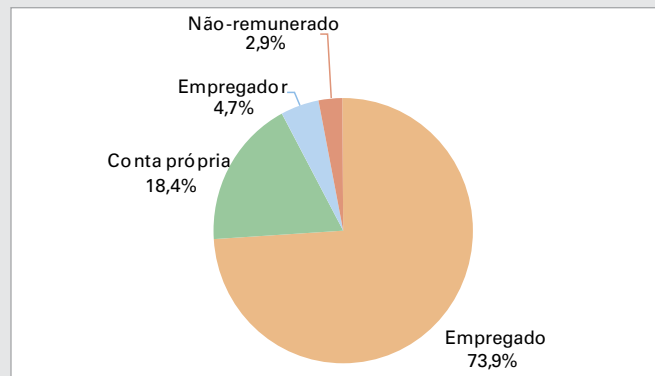
Gráfico 8 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade não-agrícola no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Quando se analisa a distribuição das categorias de posição na ocupação na indústria de transformação, de 2005 para 2006, verifica-se aumento no segmento dos empregados (72,9% para 73,9%). Outra alteração observada na distribuição deste grupamento foi nos segmentos dos trabalhadores por conta própria e dos não-remunerados, que reduziram participação em 0,6 ponto percentual e 0,9 ponto percentual, respectivamente.

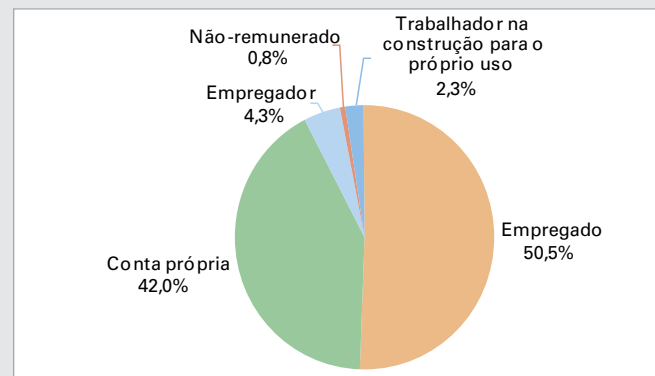
Gráfico 9 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria de transformação no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A distribuição da população ocupada no grupamento da construção apresentou modificação na participação dos empregados (de 49,0% para 50,5%) e dos trabalhadores por conta própria (de 43,6% para 42,0%).

Gráfico 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na construção no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2006

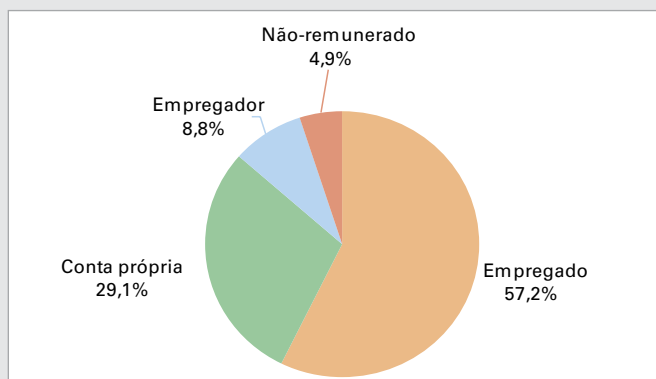


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

O grupamento do comércio e reparação apresentou modificação similar ao da construção, de 2005 para 2006: ocorreu aumento da participação dos empregados (56,6% para 57,2%) e redução do peso dos trabalhadores por conta própria (29,9% para 29,1%).

Nos serviços, a alteração mais significativa foi no segmento dos serviços domésticos, onde a participação caiu de 19,0% para 18,3%.

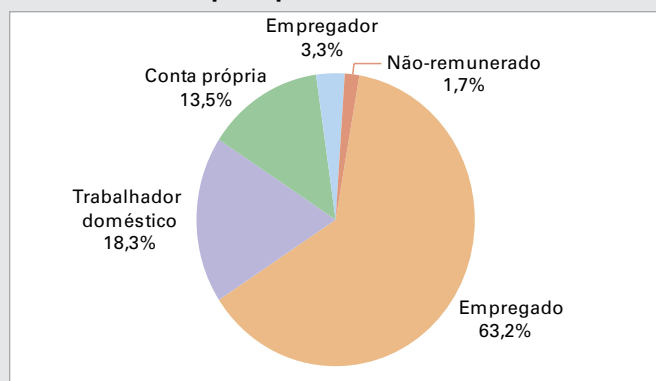
Gráfico 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no comércio e reparação no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Do efetivo de 97,5 milhões de pessoas na força trabalho, 8,2 milhões estavam na condição de desocupadas. A PNAD registrou queda nesta estimativa, em relação a 2005, de aproximadamente 8,3%, ou seja, redução de 742 mil no número de pessoas desocupadas.

Gráfico 12 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas nos serviços no trabalho principal da semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A redução no número de desocupados e o aumento da população ocupada fizeram com que a taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas na população economicamente ativa) apresentasse retração em quase 1 ponto percentual, passando de 9,3%, em 2005, para 8,4%, em 2006. À exceção da Região Sul, a taxa de desocupação diminuiu em todas as regiões. No Sudeste e no Centro-Oeste, a queda foi superior a 1 ponto percentual; a Região Sudeste apresentou a taxa de desocupação mais alta (9,6%); e a Região Sul, a mais baixa (6,0%).

Ainda no que se refere à população desocupada, no Brasil, vale a pena destacar que as mulheres eram maioria (57,2%) e em muitas Unidades da Federação este percentual ultrapassava a 60,0%.

O contingente de desocupados estava distribuído, em 2006, da seguinte forma: 36,7% tinham de 18 a 24 anos de idade; 43,3% de 25 a 49 anos; 50 anos ou mais de idade (6,5%).

Evolução temporal

(indicadores de 2004, 2005 e 2006 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A série histórica harmonizada da proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa (nível da ocupação) mostrou que até o ano de 1995 era possível observar o nível da ocupação em torno de 57,5%. Em 1996, os ajustes na economia acabaram por criar um cenário de retração no mercado de trabalho brasileiro, cuja população ocupada caiu 2,2% em relação à observada em 1995. Em decorrência, o nível da ocupação reduziu para 55%. Esta estimativa permaneceu neste patamar até 2001. Em 2002, houve um crescimento na população ocupada de 3,8%, que fez subir o nível da ocupação para 55,7%. Apesar da recuperação ocorrida naquele ano, o nível da ocupação ficou distante do patamar evidenciado na primeira metade da década de 1990 (em torno de 57,5%). Para o ano de 2003, esta estimativa apresentou uma ligeira queda e, desde então, veio apresentando elevações gradativas. Em 2006, o aumento de 2,5% no contingente de pessoal ocupado não foi suficiente para alterar significativamente o nível da ocupação em relação a 2005. Assim, ocorreu recuperação no período de 10 anos: o nível da ocupação passou de 55,0%, em 1996, para 57,0%, em 2006, aproximando-se do patamar dos primeiros anos da década de 1990, sem, no entanto, alcançá-lo.

A evolução do nível da ocupação por sexo vem apontando diferenças relevantes. É importante ressaltar que, embora as diferenças nos níveis da ocupação entre homens e mulheres ainda tenham sido grandes, elas vêm diminuindo consideravelmente. Em 1992, a distância entre as taxas era de 29 pontos percentuais e caiu para 21,2 pontos percentuais, em 2006. Estes resultados são indicativos do forte ingresso feminino no mercado de trabalho, que já se intensificava desde a década de 1980.

Tabela 8 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1992/2006

Sexo	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	57,5	57,3	57,6	55,0	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3	56,8	57,0
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9	68,1	68,0
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5	46,4	46,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2006.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em 2006, o nível da ocupação nas faixas etárias abaixo de 25 anos estava sensivelmente menor do que em 1996, para ambos os sexos. Para os homens, em praticamente todas as faixas, o nível da ocupação estava menor do que em 1996. Por outro lado, para as mulheres, nas faixas etárias acima de 20 anos, foi observado aumento significativo do nível da ocupação. Foi possível verificar que, em todas as faixas etárias, o nível da ocupação dos homens era superior ao das mulheres, havendo, entretanto, redução das diferenças entre 1996 e 2006. Cabe esclarecer que essas menores diferenças foram mais perceptíveis nas faixas de 25 a 59 anos de idade.

Tabela 9 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade
Brasil - 1996/2006

Grupos de idade	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Total (1)	55,0	57,0	69,0	68,0	41,9	46,8
10 a 14	14,8	9,2	20,0	11,7	9,6	6,6
15 a 17	39,0	30,0	49,6	37,7	27,9	22,2
18 ou 19	55,1	51,8	67,7	61,5	42,4	42,1
20 a 24	66,5	66,0	81,0	78,1	52,2	54,2
25 a 29	72,0	74,9	89,1	87,6	56,2	62,7
30 a 39	74,8	78,5	91,7	91,2	59,4	66,9
40 a 49	73,5	77,2	90,3	89,5	58,0	66,1
50 a 59	60,7	65,1	79,3	79,4	43,9	52,2
60 ou mais	30,6	30,6	46,0	44,1	18,2	20,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

Em dez anos houve alteração na distribuição da população ocupada no que tange aos grupamentos de atividade. No grupamento agrícola, foi registrada redução de 5,9 pontos percentuais. Ao contrário, no grupamento do comércio e reparação e no dos serviços, houve aumento da participação, de 1,6 ponto percentual no primeiro e de 4,5 pontos percentuais no segundo.

Em dez anos, foram observadas alterações na configuração da estrutura produtiva que se refletiram na distribuição das populações ocupadas, tanto feminina quanto masculina. Em 1996, a atividade agrícola (27,6%) era a de maior peso na população ocupada masculina. Em 2006, passou a ser o grupamento dos serviços o de maior peso (31,3%). Para a população feminina, em 1996, o grupamento de maior peso foi o dos serviços (53,4%), seguido pelo agrícola (19,7%). Passados dez anos, o grupamento

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 1996/2006

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	24,5	18,6	27,6	21,7	19,7	14,4
Indústria	14,8	14,8	16,1	16,5	12,9	12,6
Indústria de transformação	14,0	14,0	14,9	15,2	12,6	12,3
Construção	6,7	6,6	10,7	11,2	0,4	0,5
Comércio e reparação	16,2	17,8	18,0	19,0	13,4	16,2
Serviços	37,5	42,0	27,3	31,3	53,4	56,3
Serviços domésticos	7,4	7,7	0,8	0,9	17,5	16,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

dos serviços continuava sendo o de maior peso (56,3%) e o grupamento do comércio e reparação o segundo maior (16,2%), seguido pelo grupamento agrícola (14,4%).

Em 1996, os empregados representavam 53,1% da população ocupada e, em 2006, este percentual foi de 56,6% dessa população. Os trabalhadores por conta própria e os não-remunerados apresentaram queda na participação (de 22,3% para 21,0% e de 9,1% para 5,7%, respectivamente).

Em dez anos, a participação da população feminina declinou nas categorias dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso; não se alterou, entretanto, na dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e, nas demais, ampliou a sua participação.

Tabela 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 1996/2006

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)				Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência	
	Homens		Mulheres		1996	2006
	1996	2006	1996	2006		
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	39,3	42,6
Empregado (2)	58,3	61,7	45,0	49,8	33,3	37,5
Com carteira de trabalho assinada	32,1	35,7	24,1	27,5	32,7	36,4
Militar e estatutário	5,1	5,2	9,3	8,7	54,1	55,4
Outro sem carteira de trabalho assinada	21,1	20,8	11,6	13,6	26,2	32,7
Trabalhador doméstico (2)	0,8	0,9	17,5	16,8	93,3	93,5
Com carteira de trabalho assinada	0,3	0,4	3,7	4,4	87,8	90,2
Sem carteira de trabalho assinada	0,5	0,5	13,8	12,4	94,9	94,8
Conta própria	26,4	24,6	15,9	16,1	28,1	32,7
Empregador	4,7	5,7	2,0	2,8	21,6	26,6
Não-remunerado	7,5	4,2	11,7	7,7	50,3	57,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,8	2,6	7,8	6,7	73,2	65,3
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,4	0,2	0,1	0,0	14,3	12,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

Com relação às horas trabalhadas, permaneceram as diferenças entre homens e mulheres. De 1996 para 2006, o percentual de homens que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais passou de 16,1% para 19,0%; já para as mulheres, o aumento foi de 41,3% para 42,2%.

Trabalho infantil

Panorama recente

O nível da ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, estimado em 11,5% em 2006, apresentou queda frente a 2005 (12,2%). O nível da ocupação dos meninos deste grupo etário foi estimado em 14,5%, enquanto o das meninas ficou bem abaixo (8,3%).

Tabela 12 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2006

Sexo e grupos de idade	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	11,5	12,4	14,4	8,4	13,6	9,9
5 a 9 anos	1,4	1,8	2,5	0,4	1,7	0,8
10 a 14 anos	9,7	12,6	14,7	5,1	11,0	6,9
15 a 17 anos	30,5	30,9	33,2	26,3	36,5	29,5
Homens	14,5	16,1	19,0	10,2	16,7	12,1
5 a 9 anos	1,9	2,3	3,6	0,5	2,4	1,1
10 a 14 anos	12,5	16,9	19,3	6,5	13,5	8,0
15 a 17 anos	38,5	39,8	43,6	32,3	44,5	36,6
Mulheres	8,3	8,4	9,7	6,6	10,3	7,5
5 a 9 anos	0,9	1,2	1,4	0,4	1,0	0,5
10 a 14 anos	6,9	8,2	9,9	3,7	8,4	5,7
15 a 17 anos	22,4	21,4	22,7	20,5	28,2	21,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em 2006, segundo a PNAD, havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil, representando 5,7% da população ocupada com 5 anos ou mais de idade. A redução do contingente de crianças e adolescentes trabalhadores contribuiu para que a participação desta população na população ocupada apresentasse queda de 0,5 ponto percentual em relação a 2005. Entre as regiões, verificou-se que a Nordeste foi a que apresentou a maior participação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade na população ocupada, entretanto, foi onde ocorreu maior redução de 2005 para 2006 (de 9,4% para 8,4%)¹.

A participação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade na população total ocupada na atividade agrícola (12,2%) era aproximadamente três vezes superior àquela na atividade não-agrícola (4,2%). Cabe registrar que a redução na participação deste grupo etário na atividade agrícola foi de 1,1 ponto percentual, enquanto na atividade não-agrícola foi de 0,2 ponto percentual.

Entre as características da população ocupada de 5 a 17 anos de idade, pode-se destacar que: 41,4 % estavam na atividade agrícola; 64,4% eram do sexo masculino; 59,1% eram pretos ou pardos; 94,5% eram alfabetizados; e 19,0% não freqüentavam escola. Ilustrando, do total de crianças e adolescentes nesta faixa etária que não trabalhavam, 6,4% não freqüentavam escola. Observa-se, ainda, que a predominância do contingente masculino ficou evidenciada na sua maior participação na atividade agrícola. Em 2006, o contingente masculino representava 75,1% da população de 5 a 17 anos de idade ocupada na atividade agrícola.

¹ No Brasil, a constituição vigente permite no seu Art. 7º, inciso XXXIII, o trabalho para a faixa etária em destaque, em regra, a partir dos 16 anos; a exceção se dá por conta do trabalho noturno, ou ainda em casos de trabalhos perigosos ou insalubres, aos quais aplica-se o entendimento de que a idade mínima ocorre aos 18 anos. A referida norma, quando correlaciona trabalho à educação, permite, outrossim, o trabalho, desde que na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme o Art. 227, § 3º, inciso I, combinado com o Art. 7º, inciso XXXIII.

Tabela 13 - Distribuição da população ocupada de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2006

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	64,4	67,1	66,9	61,2	62,6	62,9
Mulheres	35,6	32,9	33,1	38,8	37,4	37,1
Situação do domicílio						
Urbana	59,1	45,1	44,8	80,6	59,6	72,6
Rural	40,9	54,9	55,2	19,4	40,4	27,4
Cor ou raça						
Branca	40,5	18,0	24,5	49,4	79,0	36,1
Preta ou parda	59,1	81,5	75,1	50,4	20,4	62,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

As crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 280,00. Em média, estas crianças estavam sujeitas a uma carga horária semanal de 20 horas de trabalho e mais da metade delas (59,1%) residiam nas áreas urbanas.

Na situação de residência rural, 9,1% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que trabalhavam não sabiam ler e escrever. Os que não freqüentavam escola representavam 17,8%.

A análise da forma de inserção do contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade no mercado de trabalho mostrou que cerca de 36,1% era trabalhador não-remunerado; 10,6% trabalhava na produção para o próprio consumo; 8,0% estava no trabalho doméstico; 37,9% era empregado; e 7,0% trabalhava por conta própria.

Os dados da PNAD permitem assinalar que cerca de 237 mil crianças de 5 a 9 anos de idade estavam trabalhando no Brasil na última semana de setembro de 2006. Elas representavam 4,6% do contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que trabalhavam, inferior ao percentual de 2005 (5,6%).

Analisando o perfil das crianças trabalhadoras do Brasil nesta faixa etária verifica-se que a proporção de meninos (69,8% era superior à de meninas; as crianças de cor preta ou parda eram maioria (63,7%); 44,3% não sabiam ler e escrever; e 6,9% não freqüentavam escola.

As crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos de idade tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$150,00. Em média, estas crianças estavam sujeitas a uma carga horária semanal de 10,6 horas de trabalho, e mais da metade delas (65,8%) viviam em áreas rurais.

A análise da forma de inserção do contingente de crianças de 5 a 9 anos de idade no mercado de trabalho mostrou que cerca de 58,1% era não-remunerado; 33,0% trabalhava na produção para o próprio consumo; 0,6% era trabalhador doméstico; 4,8% era empregado; e 3,6% trabalhava por conta própria.

Segundo a PNAD 2006, 1,7 milhão de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 14 anos, estava trabalhando no Brasil na última semana de setembro de 2006. Elas representavam 33,6% do contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que trabalhavam. Em 2005, representavam 34,2%.

A proporção de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade do sexo masculino (65,4%) era superior à do sexo feminino; as de cor preta ou parda eram maioria neste recorte etário (63,0%); 6,4% não sabia ler e escrever e 6,5% não freqüentava escola.

As crianças trabalhadoras de 10 a 14 anos de idade tinham origem em famílias cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 204,00. Em média, estas crianças estavam sujeitas a uma carga horária semanal de 18,4 horas trabalhadas e mais da metade delas (54,6%) residia nas áreas rurais.

A análise da forma de inserção do contingente de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade no mercado de trabalho mostrou que cerca de 53,7% era não-remunerado; 15,6% trabalhava na produção para o próprio consumo; 5,3% era trabalhador doméstico; 17,3% era empregado; e 7,5% trabalhava por conta própria. O nível da ocupação das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade, estimado em 9,7% em 2006, apresentou queda frente a 2005 (10,8%).

Tabela 14 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação no trabalho principal e os grupos de idade - 2006

Posição na ocupação no trabalho principal e grupos de idade	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Empregado	37,9	23,0	22,9	58,9	41,3	50,9
5 a 9 anos	4,8	1,5	4,4	13,8	3,0	0,0
10 a 14 anos	17,3	9,6	12,1	31,4	17,5	28,2
15 a 17 anos	51,5	35,1	33,5	69,0	56,2	62,2
Trabalhador doméstico	8,0	9,1	7,2	8,4	6,7	12,6
5 a 9 anos	0,6	-	0,7	1,4	-	-
10 a 14 anos	5,3	5,0	4,2	6,9	4,5	11,6
15 a 17 anos	10,0	13,1	10,2	9,1	8,3	13,6
Conta própria	7,0	7,1	8,0	7,9	3,8	5,1
5 a 9 anos	3,6	6,0	3,7	2,2	2,1	3,3
10 a 14 anos	7,5	5,4	7,6	12,8	3,1	4,4
15 a 17 anos	7,0	8,5	8,8	6,5	4,3	5,4
Não-remunerado	36,1	48,5	48,0	18,1	36,1	23,5
5 a 9 anos	58,1	51,2	66,2	35,7	53,8	54,0
10 a 14 anos	53,7	65,0	59,6	35,3	55,0	42,1
15 a 17 anos	24,9	36,1	37,0	12,0	25,2	14,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	10,6	12,1	13,5	6,0	12,0	7,6
5 a 9 anos	33,0	41,3	24,8	46,9	41,1	42,6
10 a 14 anos	15,6	14,7	16,1	12,2	19,9	13,5
15 a 17 anos	6,3	7,1	10,2	3,0	5,9	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Evolução temporal

(indicadores de 2004, 2005 e 2006 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A PNAD mostrou redução no trabalho infantil. Em onze anos, a proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que estavam trabalhando, em relação à população de 5 a 17 anos de idade (nível da ocupação), caiu consideravelmente. Em 1995, esta proporção era de 18,7% e, em 2006, foi estimada em 11,1%.

Tabela 15 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo - Brasil - 1995/2006

Ano	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
	Total			
1995	18,7	3,2	18,7	44,0
2001	12,7	1,8	11,6	31,5
2006	11,1	1,3	9,2	30,0
	Homens			
1995	24,0	4,1	24,1	55,8
2001	16,4	2,6	15,3	39,9
2006	14,0	1,8	11,7	37,7
	Mulheres			
1995	13,3	2,3	13,0	31,9
2001	9,0	1,0	7,8	23,1
2006	8,1	0,8	6,6	22,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2006.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Cobertura previdenciária e sindicalização

Cobertura previdenciária

Panorama recente

Um elemento preponderante para a compreensão da evolução da cobertura previdenciária é a formalidade das relações de trabalho no País. Por esta ótica, saliente-se que uma das categorias que se destacou, em 2006, foi a parcela de trabalhadores com vínculo celetista, cuja participação na população ocupada se ampliou em 0,7 ponto percentual. A outra parcela do emprego registrado, constituída pelos militares e funcionários públicos estatutários, também se ampliou.

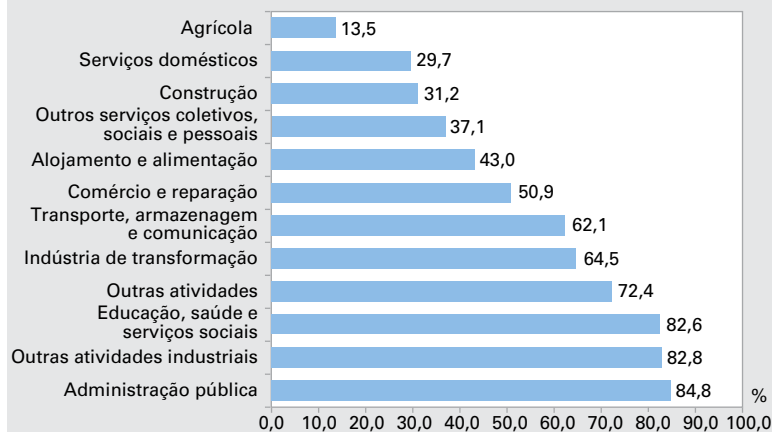
Em 2006, no Brasil, 43,6 milhões de trabalhadores contribuíam para a previdência. À vista deste panorama, tais números permitem constatar que mais da metade da população ocupada não estava sob as garantias previdenciárias (51,2%).

Há que se registrar que no Brasil, bem como em suas regiões, ficou constatado o aumento do número de trabalhadores contribuintes para a previdência social. O aumento de 5,4% no contingente de contribuintes no País fez com que, em relação a 2005, esta estimativa apresentasse elevação da sua participação na população ocupada de 47,4% para 48,8%.

A Região Sudeste, em decorrência da concentração maior de empregados registrados, foi a que apresentou maior participação de contribuintes na população ocupada (59,8%). Por razão oposta, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores participações (34,8% e 30,5%, respectivamente). Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, por sua vez, foram observados percentuais de participação de 55,2% e 50,0%, respectivamente.

Em 2006, a PNAD computou 16,6 milhões de associados a sindicato. Em relação a 2005, este total aumentou 3,7%. Os sindicalizados representavam, em 2006,

Gráfico 13 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal Brasil - 2006

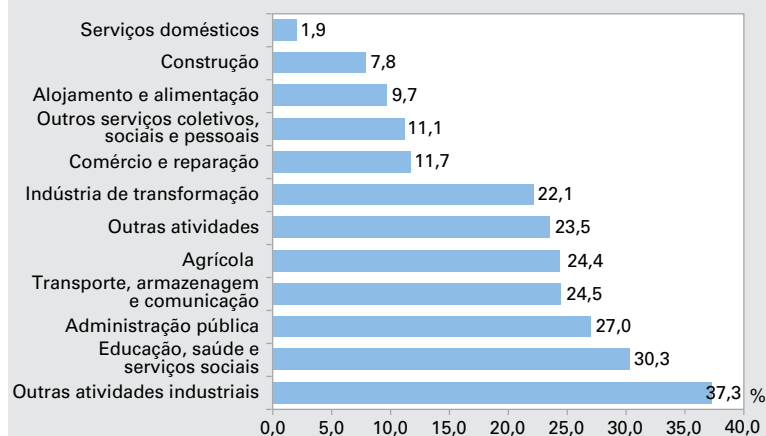


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

18,6% da população ocupada. Esta participação se manteve praticamente estável em relação a 2005.

Existe uma acentuada diferença na capacidade de organização entre as categorias de trabalho na estrutura produtiva. Esse grau de organização implica na capacidade de pleitear direitos e melhorias de condições trabalhistas. A PNAD vem mapeando esta tendência e suas alterações e, como resultado, indicou que, em 2006, os trabalhadores inseridos no grupamento que compreende outras atividades industriais eram os que tinham o maior percentual de sindicalizados (37,3%). Na outra ponta, identifica-se o grupamento dos serviços domésticos, que apresentou o menor percentual (1,9%). Os trabalhadores inseridos nos grupamentos da construção, alojamento e alimentação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, e comércio e reparação tinham menos de 12% dos seus contingentes associados a sindicatos. Os demais grupamentos tinham entre 22% e 31% de sindicalizados.

Gráfico 14 - Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Evolução temporal

(indicadores de 2004, 2005 e 2006 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Em 1996, pouco mais de 2/5 (42,6%) dos trabalhadores contribuíam para previdência no trabalho principal, dez anos depois este percentual representava quase a metade dos ocupados, 49,2%. Ainda que se esteja longe do quadro ideal, cabe ressaltar que, em 2006, a PNAD registrou a maior participação de contribuintes para instituto de previdência na população ocupada, desde o início da década de 1990.

Analisando os segmentos de atividade, constatou-se que houve aumento da participação de contribuintes na maioria dos grupamentos. Na atividade agrícola, houve um avanço no percentual de contribuintes no período de 1996 a 2006 (de 10,2% para 13,9%); na indústria de transformação, a mesma análise mostrou que este percentual passou de 63,4% para 65,6%; nos serviços domésticos, a participação dos contribuintes passou de 22,8% para 29,9%; no comércio e reparação, passou de 47,1% para 51,2%. Por outro lado, alguns grupamentos apresentaram redução na participação dos contribuintes: na construção, houve redução no percentual (de 32,0% para 31,2%); o grupamento transporte, armazenagem e comunicação também sofreu redução (64,8% para 62,3%) e o grupamento referente a outras atividades reduziu de 74,3% para 72,5%.

Aumentou em 2 pontos percentuais a participação das pessoas sindicalizadas na população ocupada de 1996 para 2006 (de 16,6% para 18,6%). Vale registrar o aumento expressivo da participação dos sindicalizados no setor agrícola. Este comportamento pode estar associado, entre outros fatores, à implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no qual a participação dos sindicatos é definitiva para o acesso ao crédito rural. Na indústria, bem como nos demais grupamentos, tais como, comércio e reparação, construção etc., a participação dos sindicalizados não se alterou significativamente em dez anos. No grupamento relacionado às outras atividades, foi observada queda (de 30,0% para 23,6%).

Rendimentos

Panorama recente

O rendimento médio real mensal de trabalho (das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento de trabalho) mostrou crescimento de 7,2%, de 2005 para 2006, superior ao que havia sido observado de 2004 para 2005 (4,6%). Sendo assim, o crescimento de 2004 para 2006 alcançou 12,1%. Esse rendimento médio real, em 2004, era de R\$ 788,00; em 2005, de R\$ 824,00; e em 2006, de R\$ 883,00. Em relação a 2005, o confronto regional mostrou os maiores ganhos nas Regiões Nordeste (12,1%) e Norte (7,1%). No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, foram registrados crescimentos de 6,6%, 5,5% e 4,9%, respectivamente. O menor rendimento médio real mensal de trabalho das pessoas ocupadas foi observado, em 2006, no Nordeste, R\$ 565,00. A Região Sudeste apresentou o maior valor, R\$ 1 027,00.

O ganho real do salário mínimo de 13,3%, em 2006, frente a 2005 foi um dos fatores determinantes para o resultado observado em termos do crescimento dos rendimentos médios de trabalho no período, o que é ratificado a partir da análise

das distribuições de rendimentos reais. No País, a evolução dos valores médios, nas classes da distribuição de remunerações que continham o salário mínimo (terceiro e quarto décimos), mostrou crescimentos reais superiores a 10,0%. Em todas as classes houve ganhos reais, entretanto, os ocorridos na metade inferior foram maiores o que acarretou, tal como observado em 2005, que o aumento real atribuído ao salário mínimo contribuisse, entre outros aspectos do cenário econômico de 2006, para uma nova redução na concentração dos rendimentos de trabalho.

A evolução dos índices de Gini observados no País (0,547, em 2004; 0,543, em 2005; e 0,540, em 2006) é compatível com a percepção obtida a partir da análise das distribuições dos rendimentos de trabalho. Entre 2005 e 2006, regionalmente, foram observadas as seguintes alterações: no Norte, de 0,490 para 0,495; no Nordeste, de 0,557 para 0,565; no Sudeste, de 0,526 para 0,523; no Sul, de 0,507 para 0,502; e no Centro-Oeste, de 0,551 para 0,541. Registre-se que na comparação direta desses índices de Gini regionais do ano de 2006 com os do ano de 2004, da mesma forma que para o Brasil no período, verificaram-se reduções em todos os casos.

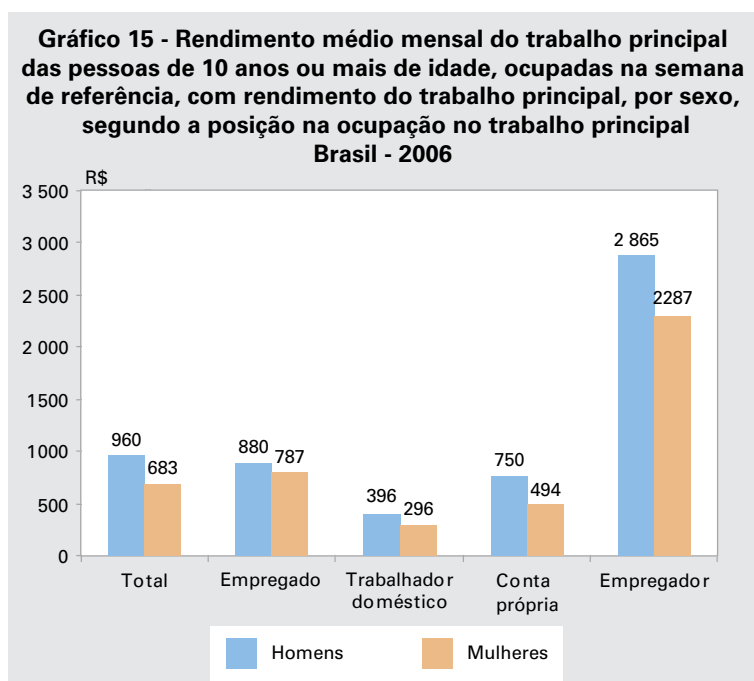
Ainda no contexto de análise da situação de concentração dos rendimentos de trabalho, vale citar que, apesar dos avanços mencionados no parágrafo anterior, em 2006, os 10% da população ocupada de mais baixos rendimentos detiveram 1,0% do total dos rendimentos de trabalho, enquanto aos 10% com os maiores rendimentos corresponderam 44,4% do total das remunerações, situação muito parecida com a observada nos dois anos anteriores. Em 2004, essas parcelas do total foram 1,0% e 44,6% e, em 2005, 1,1% e 44,7%, respectivamente.

As pessoas ocupadas em todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais nos rendimentos médios do trabalho principal pelo segundo ano consecutivo. As remunerações médias dos empregados, incluindo aqueles com carteira assinada, os militares e estatutários e os outros sem carteira, registraram ganho real de 6,5%, de 2005 para 2006, sendo que as dos empregados com carteira cresceram 4,7%, dos militares e estatutários cresceram 11,5% e as dos outros sem carteira, 4,3%. O rendimento médio real dos trabalhadores domésticos cresceu 7,9%, de 2005 para 2006. No caso dos trabalhadores por conta própria, esse crescimento foi de 5,4% e o dos empregadores situou-se em 8,4%.

Tendo em vista as formas diferenciadas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, observou-se, em 2006, que o rendimento médio real de todos os trabalhos da força de trabalho feminina correspondia a 65,6% da remuneração média masculina, mostrando maior proximidade entre rendimentos médios de homens e mulheres que nos dois anos anteriores. Em 2005, essa relação era equivalente a 64,5% e, em 2004, a 63,5%. Aqui, são consideradas as pessoas com e sem rendimentos monetários de trabalho.

É possível observar, no confronto dos rendimentos médios reais do trabalho principal de homens e mulheres, que as maiores diferenças relativas entre as remunerações de homens e mulheres estavam, em 2006, entre os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos.

O rendimento médio real de todas as fontes (das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos) registrou aumento, de 2004 para 2006, de 11,6%, apresentando ganhos de 5,1%, de 2004 para 2005, e de 6,2%, de 2005 para 2006, sendo esse último menor que o crescimento de 7,2% observado nos rendimentos de trabalho no mesmo período. Os valores reais médios obtidos de todas as fontes alcançados nestes três anos foram R\$ 782,00, R\$ 822,00 e R\$ 873,00, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A exemplo do que se verificou, de 2005 para 2006, com os rendimentos de trabalho, os ganhos reais observados nos rendimentos médios de todas as fontes correspondentes às classes de rendimentos mais baixos foram, em geral, superiores àqueles observados nas classes de rendimentos mais altos. A metade inferior da distribuição de rendimentos de todas as fontes detinha, em 2004, 15,2% do total desse rendimento; em 2005, 15,7%; e em 2006, 16,1%. Esses resultados e mais a evolução dos índices de Gini demonstram discreta redução na concentração desses rendimentos. O índice de Gini relativo aos rendimentos de todas as fontes no País sofreu redução de 0,559, em 2004, para 0,547, em 2006.

Ainda nesse contexto dos rendimentos de todas as fontes, ao analisar os valores reais médios que levam em consideração, também, as pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimentos, observaram-se os seguintes resultados: R\$ 512,00, em 2004, R\$ 542,00, em 2005, e R\$ 587,00, em 2006, com crescimentos reais de 5,8%, de 2004 para 2005, e de 8,3%, de 2005 para 2006. Este crescimento observado no último ano, além de receber o impacto do aumento real do salário mínimo, que, conforme destacado anteriormente, explica em parte os ganhos reais observados, foi influenciado, também, pela diminuição do percentual de pessoas sem rendimentos, que passou de 34,2%, em 2004, para 33,8%, em 2005, e, finalmente, para 32,5%, em 2006.

O rendimento médio real domiciliar (domicílios particulares permanentes com rendimento) foi de R\$ 1 494,00, em 2004, R\$ 1 568,00, em 2005, e R\$ 1 687,00, em 2006, apresentando ganhos reais por dois anos consecutivos: de 5,0%, em 2005, e de 7,6%, em 2006. Em todas as Grandes Regiões, houve crescimento no período, sendo que de 2005 para 2006, o maior crescimento, 10,8%, foi observado no Nordeste, e o menor, 6,6%, no Centro-Oeste, resultado mais próximo dos verificados no Sul e Sudeste, onde foram registrados crescimentos iguais a 7%. No Norte, o ganho real do rendimento domiciliar médio correspondeu a 8,8%. Esses resultados aproximaram, em 2006, o rendimento médio dos domicílios do Nordeste, região em que se observou o menor rendimento (R\$ 1 089,00) e do Sudeste, onde era verificado o maior valor real médio (R\$ 1 991,00). O primeiro representava 54,7% do segundo. Em 2005, essa relação era 52,8%.

O comportamento da concentração do rendimento domiciliar foi similar ao observado para o rendimento de trabalho e para os rendimentos das pessoas provenientes de todas as fontes. Os maiores ganhos reais de valores médios foram observados nas classes que correspondiam aos menores rendimentos. A metade inferior da distribuição detinha, em 2004, 15,9% do total dos rendimentos; em 2005, 16,1%; e, em 2006, 16,4%. Os índices de Gini apresentaram redução também no total do País (0,535, em 2004; 0,532, em 2005; e 0,528, em 2006) e em todas as Grandes Regiões de 2004 para 2006. Assim, foi observada, também, no contexto do rendimento domiciliar, menor concentração.

As diferenças regionais, no entanto, permaneceram marcantes, uma vez que, em 2006, no País, foi observado o percentual de 12,7% do total dos domicílios com rendimentos de até 1 salário mínimo. Essa parcela correspondia a 25,3% no Nordeste, enquanto no Sudeste e no Sul foi de 7,6%. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, esses percentuais foram 14,5% e 10,4%, respectivamente. No País, do total de unidades domiciliares, 3,0% possuíam rendimentos acima de 20 salários mínimos, sendo que os menores percentuais foram registrados no Nordeste, 1,5%, e no Norte 1,6% dos domicílios. No Sul, Sudeste, e Centro-Oeste, estas participações foram de 3,0%, 3,8% e 4,1% do total, respectivamente.

Evolução temporal

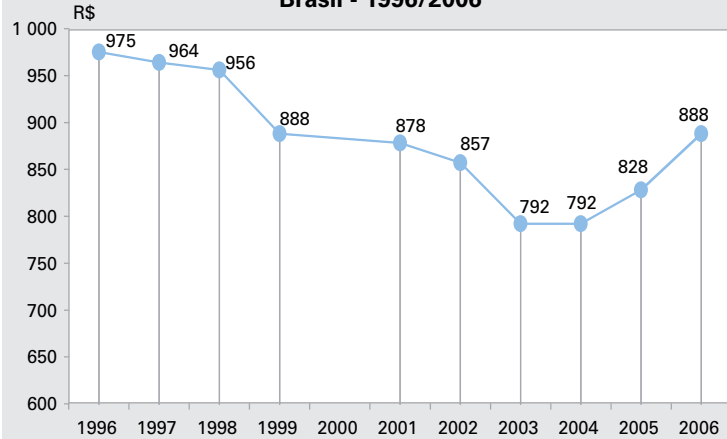
(resultados de 2004, 2005 e 2006 ajustados para a cobertura geográfica existente até 2003)

Os resultados da PNAD 2006 mostram que o patamar do rendimento médio real de trabalho do ano de 1996 não foi retomado, embora tenham ocorrido ganhos em 2005 e 2006, conforme visto anteriormente. É interessante observar, no detalhamento da distribuição dos rendimentos, que a recuperação dos valores reais médios das classes de rendimentos mais baixos os levou a superar os níveis observados nessas classes em 1996.

O rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, ao registrar, em 2006, o valor de R\$ 888,00 se igualou à remuneração média real de 1999, tendo, contudo, apresentado perda de 8,9% em relação ao valor de 1996, quando, na série estudada, o maior rendimento médio real foi alcançado. Assim, na década atual, o valor desse último ano é o mais elevado, pois se observaram quedas sucessivas das remunerações médias até 2003, com estabilidade desse valor médio em 2004 e o registro de ganhos reais em 2005 e 2006.

A comparação da evolução dos valores médios reais dos rendimentos das diversas classes das distribuições de rendimento de cada ano mostra que, nas classes correspondentes aos menores rendimentos, os valores de 1999 eram menores que aqueles de 2006. Aliás, na primeira metade da distribuição, mesmo na comparação com 1996 (em que o rendimento médio real foi o mais elevado do período sob estudo), o valor médio foi menor, em termos reais, que o valor médio de 2006 na primeira metade da distribuição de rendimentos de trabalho. Assim, em média, as pessoas com os rendimentos mais baixos recuperaram o poder de compra de 1996, o que decorreu, dentre outros fatores, dos diversos aumentos reais do valor do salário mínimo observados no período. Esses valores reais médios da primeira metade das distribuições de rendimento de trabalho foram R\$ 267,00, em 1996; R\$ 257,00, em 1999; e R\$ 293,00, em 2006.

**Gráfico 16 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho
Brasil - 1996/2006**



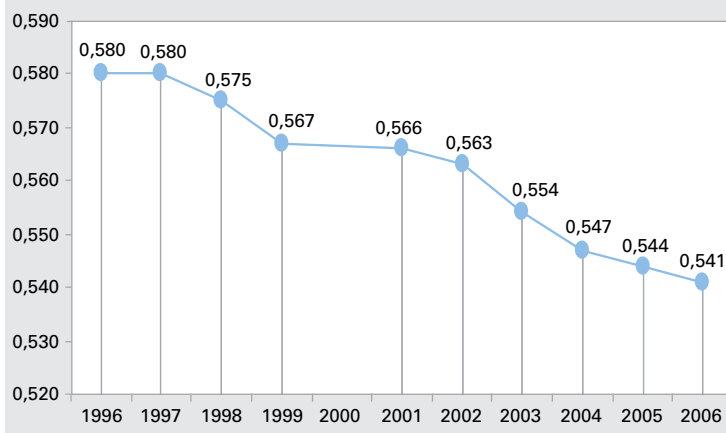
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Notas: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2006.
3. A PNAD não foi realizada em 2000 devido ao Censo Demográfico.

Essa primeira metade da distribuição detinha, em 1996, 13,6% dos rendimentos, em 1999, 14,5%, e desde 2004 alcançou 16,0%, tendo atingido 16,5% do total dos rendimentos de trabalho, em 2006. A evolução do índice de Gini, ao longo do período, mostra reduções sucessivas, indicando paulatina redução da concentração das remunerações, apesar do índice de 0,541 da distribuição de rendimento de 2006, o menor desde 1981, ainda indicar forte concentração dos rendimentos de trabalho, conforme visto anteriormente.

**Gráfico 17 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho
Brasil - 1996/2006**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Notas: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. A PNAD não foi realizada em 2000 devido ao Censo Demográfico.

Para a observação consistente da evolução do rendimento médio real de trabalho, segundo o gênero e nas Grandes Regiões ao longo do tempo, foram levados em conta os rendimentos médios considerando as pessoas sem rendimentos. Assim, a média real do rendimento de trabalho, incluídas as pessoas sem rendimentos, resultou em R\$ 795,00 no País, superando o valor de 1999, que foi R\$ 761,00. É interessante observar que, no caso do Nordeste, a remuneração média de 2006, R\$ 460,00, superou a de 1996, R\$ 448,00, a maior, desde aquele ano até 2005. O valor médio de 2006 é o maior do período, também, no Sul e no Centro-Oeste. No caso do Sudeste e da região Norte rural, ainda há o que recuperar para o alcance do poder de compra de 1996. O rendimento médio no Nordeste correspondeu, em 2006, a 47,3% daquele do Sudeste. Em 1996, correspondia a

Tabela 16 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões e sexo - 1996/2006

Ano	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) (1)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1996	840	790	448	1 087	844	890
1997	831	757	426	1 092	842	910
1998	823	734	432	1 083	834	904
1999	761	682	406	987	794	829
2001	774	700	418	990	784	869
2002	755	675	407	960	766	894
2003	700	594	374	886	746	820
2004	706	635	391	870	771	843
2005	737	651	404	910	799	883
2006	795	714	460	973	846	931
Homens						
1996	1 004	890	529	1 288	1 056	1 053
1997	997	879	509	1 299	1 047	1 079
1998	983	854	511	1 279	1 037	1 065
1999	905	787	482	1 161	981	983
2001	911	808	486	1 163	964	1 023
2002	890	776	469	1 131	952	1 049
2003	826	674	433	1 050	934	938
2004	834	724	453	1 030	953	987
2005	866	747	466	1 072	985	1 029
2006	932	809	519	1 153	1 035	1 077
Mulheres						
1996	589	632	323	774	539	630
1997	574	566	300	766	540	642
1998	583	554	312	778	540	655
1999	660	606	364	855	618	733
2001	575	528	318	746	538	638
2002	565	526	317	723	520	660
2003	522	476	287	661	503	642
2004	530	503	302	657	532	638
2005	559	514	317	694	563	678
2006	611	574	377	739	608	724

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996/2006.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2006. (2) Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

41,2%. Ainda no que se refere a homens e mulheres, observou-se para os homens que, em 2006, o rendimento médio real de trabalho (R\$ 932,00) superou o de 1999 (R\$ 905,00) e, no caso das mulheres, o valor médio de 2006, R\$ 611,00, superou o poder de compra do valor de 1996 (R\$ 589,00). Isso aproximou as remunerações médias de homens e mulheres no período. Em 1996, o rendimento médio real de trabalho das mulheres era 58,7% do masculino. Em 2006, passou a 65,6%.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

Panorama recente

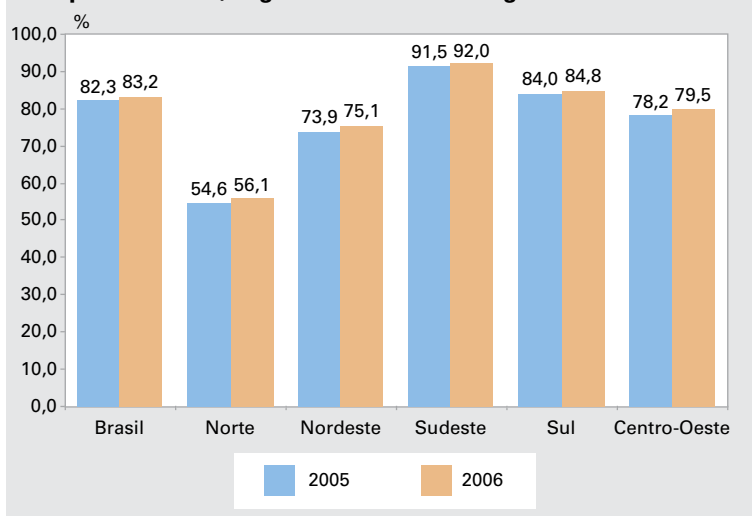
Os dados aqui apresentados refletem, de um modo geral, avanços entre 2005 e 2006 no acesso a serviços de água, de saneamento básico, de coleta de lixo e de fornecimento de energia elétrica e, também, melhorias no que diz respeito à posse de bens que contribuem para as condições de conforto das unidades domiciliares, tais como o fogão, a geladeira, o *freezer* e a máquina de lavar. São abordados, ainda, outros itens que, além de sinalizar o padrão de vida usufruído, permitem aos moradores o acesso à comunicação e à informação, como é o caso do rádio, da televisão, do telefone, seja fixo ou móvel celular, do microcomputador e da conexão domiciliar à Internet. Em continuação, numa observação histórica, fica evidenciado que esse comportamento de melhores resultados já vem se consolidando ao longo dos anos, e a redução de diferenças, entre as regiões, relativas à dotação de parte dos itens estudados, chega a ser percebida, ainda que, em alguns casos, distinções fortes persistam.

Em 2006, no total dos domicílios particulares permanentes do País, 83,2% eram atendidos por rede geral de água e, em relação a 2005, este indicador cresceu 0,9 ponto percentual. O número de domicílios atendidos por esse serviço no País cresceu 3,9%, de 2005 para 2006. Nas cinco Grandes Regiões, houve crescimento da parcela de domicílios atendidos, sendo que a Região Norte apresentou o maior acréscimo em pontos percentuais no período, passando de 54,6% para 56,1%, mantendo, porém, a menor proporção de domicílios atendidos dentre as regiões. A Região Nordeste passou a ter atendidos, em 2006, 75,1% dos domicílios, com crescimento de 1,2 ponto percentual em relação ao resultado de 2005. Na Região Centro-Oeste, o fornecimento de água por rede geral cresceu, em termos percentuais, 1,3 ponto, alcançando 79,5% do total de domicílios. No Sul e no Sudeste, as alterações foram de 0,8 ponto percentual e 0,5 ponto percentual, resultando em, respectivamente, 84,8% e 94,5% de domicílios atendidos em 2006. Assim, esse serviço apresenta desempenho de atendimento bastante diferenciado na comparação regional, chamando atenção que muito avanço é requerido, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Foram Rondônia, Acre e Pará as Unidades da Federação que apresentaram, no País, os menores percentuais de cobertura do abastecimento de água. Essa condição foi observada, também, em 2005. Registraram-se, em Rondônia, em 2005, 36,0% de domicílios atendidos e, em 2006, 38,6%; no Acre esses resultados ficaram próximos (48,0%, em 2005, e 47,6%, em 2006); no Pará, observou-se alteração de 47,3%, em 2005, para 48,2%, em 2006. Distrito Federal, São Paulo e Sergipe apresentaram as maiores coberturas, sendo que as duas primeiras unidades superaram 90% nos dois anos, enquanto Sergipe se aproximou dessa marca em 2006, alcançando 89,2% de cobertura do fornecimento de água através de rede geral.

No Brasil, 48,5% dos domicílios particulares permanentes dispunham, em 2006, de esgotamento sanitário através de rede coletora e 22,1% utilizavam fossa séptica, indicando inadequação clara ou inexistência do esgotamento sanitário nos restantes 29,4% dos domicílios. Considerando o número de unidades domiciliares, houve, no

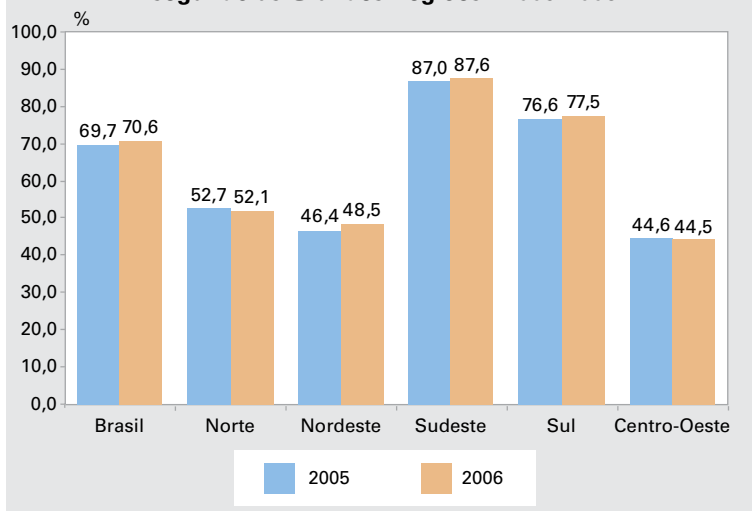
Gráfico 18 - Percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2005-2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

País, crescimento do total daquelas atendidas por saneamento básico através de rede coletora de esgoto em 3,3%, e do número de domicílios que utilizavam fossa séptica, em 6,1%. A soma dos que contavam com esgotamento sanitário a partir de rede coletora ou através de fossa séptica cresceu em participação no total de domicílios, passando de 69,7%, em 2005, para 70,6%, em 2006. Observa-se, no entanto, que o sentido positivo dessa flutuação não causa maior impacto nas fortes diferenças regionais no que se refere ao saneamento básico. Cabe observar que, em todas as regiões, para essa duas formas de saneamento básico houve crescimento do total de domicílios atendidos, com exceção do Norte e Centro-Oeste, onde foram verificadas reduções do número de unidades dotadas de fossa séptica, acarretando em participações de atendimento, mesmo somando as duas formas, menores em relação àquelas verificadas em 2005.

Gráfico 19 - Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2005-2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Esgotamento sanitário adequado - quando a instalação sanitária é ligada a rede coletora de esgoto ou a fossa séptica.

Quanto ao esgotamento sanitário a partir de rede coletora ou fossa séptica, a variabilidade vista nas coberturas alcançadas entre as Grandes Regiões evidentemente é observada no conjunto das Unidades da Federação, em que, em 2006, observaram-se os menores resultados, de 21,6%, no Tocantins, e de 23,5%, no Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro observaram-se os maiores percentuais, 95,6%, 92,3% e 90,6% de domicílios atendidos, respectivamente.

Em todas as regiões, observou-se o crescimento do percentual de domicílios cujo lixo era coletado, resultando que, no País, a proporção de domicílios atendidos passou de 85,8%, em 2005, para 86,6%, em 2006. Nesse atendimento, que contribui de forma direta para o conforto e a higiene da moradia e para a saúde das pessoas, as diferenças entre os percentuais de domicílios que recebiam o serviço nas regiões eram grandes, porém, menos significativas do que aquelas observadas no caso do esgotamento sanitário, tendo sido de 72,8%, no Nordeste, e de 76,0%, no Norte. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, esses resultados foram 94,9%, 89,4% e 87,8%, respectivamente. O Maranhão e o Piauí mostraram os menores resultados, tanto em 2005 (59,6% e 51,1%), quanto em 2006 (60,7% e 51,4%, respectivamente). Esse serviço superou o atendimento a 80% dos domicílios em várias Unidades da Federação.

Com relação à existência da iluminação elétrica, cuja cobertura se mostrou a mais ampla dentre os serviços pesquisados, no total de domicílios, em 2006, foi registrado percentual de 97,7%, superior ao resultado de 2005 em 0,5 ponto percentual. Também nesse caso foi observado o crescimento das proporções de atendimento em todas as regiões, sendo que os maiores crescimentos foram registrados nas Regiões Norte e Nordeste: os percentuais de domicílios com iluminação elétrica alcançaram, respectivamente, 92,0% e 94,7%, em 2006, sendo que, em 2005, foram registrados 90,7% e 93,7%. Proporções de 99,6%, 99,3% e 98,6% foram registradas a partir da PNAD 2006, respectivamente, no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Todas as Unidades da Federação superaram 87,0% de atendimento dos domicílios em 2006, com grande parte delas se aproximando da cobertura total. O acesso a telefone, seja fixo ou móvel, que, tanto quanto a iluminação elétrica, é provido pelo setor privado com regulação governamental, apresentou crescimento de 2005 para 2006, cabendo destacar o crescimento expressivo observado no percentual de domicílios com registro de existência do telefone móvel celular. No total de domicílios, em 74,5% existiam telefones, em 2006, sendo que esse resultado alcançou 71,6%, em 2005. No que diz respeito à existência de apenas o telefone móvel celular, esses percentuais foram 23,5%, em 2005, e 27,7%, em 2006. Em todas as regiões, houve crescimento no percentual de domicílios com existência de telefone, com crescimentos mais marcantes na existência do telefone móvel celular.

Tabela 17 - Percentual de domicílios com telefone e somente com telefone móvel celular, no total dos domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2005-2006

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com telefone no total dos domicílios particulares permanentes (%)		Percentual de domicílios somente com telefone móvel celular no total dos domicílios particulares permanentes (%)	
	2005	2006	2005	2006
Brasil	71,6	74,5	23,5	27,7
Norte	54,1	59,9	27,2	34,7
Nordeste	49,5	53,6	24,1	29,1
Sudeste	81,2	83,4	18,9	21,7
Sul	83,9	86,0	29,5	34,4
Centro-Oeste	78,8	81,3	32,8	38,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005-2006.

A observação da cobertura dos serviços de telefonia junto aos domicílios, além de propiciar uma avaliação do alcance do serviço prestado, permite, junto com outros indicadores de acesso a bens, tais como o rádio, a televisão, o microcomputador e, também, o acesso à Internet no domicílio, ter uma percepção da inserção dos domicílios do País no uso de tecnologias de informação e comunicação. Esse último aspecto é fator preponderante, na atualidade, para caracterizar o acesso ao conhecimento, à educação, ao lazer, assim como o grau de desenvolvimento social e econômico em que está inserida a população. Tais informações, anualmente investigadas através das PNADs, permitem o acompanhamento de alguns dos indicadores considerados básicos pela Sociedade para a Medição das Tecnologias da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (Partnership on Measuring ICT for Development)², visando a comparabilidade internacional, que refletem a proporção de domicílios em que se encontram os itens acima mencionados. Cabe destacar aqui a evolução, de 2005 para 2006, dos quadros de existência de telefone nos domicílios registrados no Maranhão (de 37,4% para 41,6%) e no Piauí (de 38,2% para 42,0%).

Sob esse aspecto, em 2006, observou-se que as existências de rádio e televisão, embora mais presentes no Sudeste (92,1% e 96,8%), Sul (94,3% e 95,6%) e Centro-Oeste (85,3% e 93,0%, respectivamente), guardavam menores diferenças entre as regiões que o acesso à maior parte dos outros itens apresentados. Os percentuais de domicílios com telefone do Sudeste, Sul e Centro-Oeste superaram 80%, enquanto os do Norte (59,9%) e Nordeste (53,6%) ficaram muito aquém desse valor, marcando relevantes diferenças regionais. Os percentuais de domicílios que possuíam apenas telefone celular, no entanto, mostram comportamento muito distinto nesse confronto regional, pois os valores observados no Norte e no Nordeste superaram a média do País. Por outro lado, a existência de microcomputador no domicílio, assim como o acesso à Internet, também no domicílio, indicam diferenças regionais fortes, em que percentuais alcançados no Sudeste (29,2% dos domicílios com microcomputador e 23,1% com o acesso à Internet) ficam em torno do triplo dos percentuais observados no Norte e no Nordeste.

Tabela 18 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2006

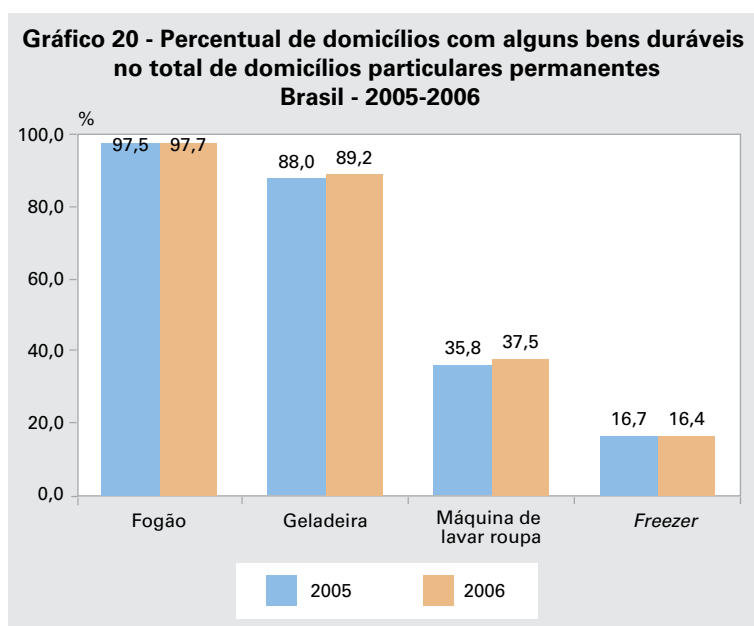
Grandes Regiões	Percentual de domicílios com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Rádio	Televisão	Telefone		Microcomputador	
			Total	Somente móvel celular	Total	Com acesso à Internet
Brasil	87,9	93,0	74,5	27,7	22,1	16,9
Norte	74,6	85,0	59,9	34,7	9,8	6,0
Nordeste	80,8	86,8	53,6	29,1	9,7	6,9
Sudeste	92,1	96,8	83,4	21,7	29,2	23,1
Sul	94,3	95,6	86,0	34,4	27,9	20,8
Centro-Oeste	85,3	93,0	81,3	38,9	20,4	14,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Outros bens duráveis relacionados ao conforto na unidade domiciliar ou à preparação e à conservação adequadas dos alimentos apresentaram, em geral, crescimento da parcela de domicílios que os possuíam. Foi observado o crescimento na proporção

² Ver publicação de resultados da Pesquisa suplementar da PNAD 2005: ACESSO à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 247 p. Acompanha 1 CD-ROM.

de domicílios com geladeira e máquina de lavar e a estabilidade na participação de domicílios com fogão, que é próxima da cobertura total. As unidades domiciliares com *freezer*, cuja participação se reduziu, desde a crise no fornecimento da energia elétrica no início dessa década, se mantiveram em torno do mesmo percentual no total de domicílios alcançado em 2005. Esse comportamento se repetiu nas cinco Grandes Regiões, a menos do crescimento do percentual de domicílios com fogão na Região Nordeste (de 93,5% para 94,3%). Também, nessa região, se destacou a posse de geladeira que alcançava 71,8% dos domicílios, em 2005, e passou para 74,3%, em 2006. Os resultados observados no Maranhão (de 67,1% para 70,8%) e em Alagoas (de 67,9% para 71,7%) ilustram esse aspecto.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Evolução temporal

(resultados de 2004, 2005 e 2006 ajustados para a cobertura geográfica existente até 2003)

Foi mencionado que a evolução histórica dos resultados aqui estudados aponta melhoria contínua da grande maioria dos indicadores, cabendo destacar alguns aspectos peculiares, em que a observação dos resultados referentes ao Brasil evidencia a ampliação dos percentuais de domicílios dotados de água através de rede geral, saneamento (rede coletora e fossa séptica), lixo coletado, iluminação elétrica e telefone no período de 2001 a 2006, com destaque para esse último, cuja participação no total de unidades domiciliares cresceu 16,3 pontos percentuais no período. Observa-se, também, que houve um direcionamento das ações para a redução das desigualdades regionais, uma vez que os maiores crescimentos foram observados nas Regiões Nordeste e Norte, especialmente no que se refere à água, lixo coletado e iluminação elétrica. Em termos de saneamento básico, ressalta o crescimento observado nas Regiões Sul e Norte urbana. Em ambos os casos, o crescimento mais relevante foi aquele registrado no uso da fossa séptica. O forte crescimento, em todas as Regiões, dos percentuais referentes à existência de telefone no domicílio veio acompanhado de redução das diferenças regionais no que se refere a esse serviço, em que, em 2001, o percentual alcançado, por exemplo, pela Região Nordeste (35,9%) era praticamente metade daquele da Região

Sudeste (70,6%). Em 2006, o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste apresentaram percentuais superiores a 80%; o Norte urbano, 70,2%; e o Nordeste, 53,6%.

Tabela 19 - Percentual de domicílios com algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 2001/2006

Ano	Percentual de domicílios com algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede geral de abastecimento de água						
2001	81,1	63,7	69,3	90,5	81,7	75,5
2006	84,2	68,9	75,1	92,0	84,8	79,5
Esgotamento sanitário (rede coletora ou fossa séptica)						
2001	66,8	52,8	43,0	84,6	69,8	43,7
2006	71,3	61,3	48,5	87,7	77,5	44,4
Lixo coletado						
2001	83,2	85,3	66,3	92,3	84,5	84,4
2006	87,6	93,5	72,8	94,9	89,4	87,8
Iluminação elétrica						
2001	96,0	98,4	89,4	99,1	97,9	96,3
2006	98,1	99,2	94,7	99,6	99,3	98,6
Telefone						
2001	58,9	53,3	35,9	70,6	64,9	59,9
2006	75,2	70,2	53,6	83,4	86,0	81,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2006.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os percentuais de domicílios com existência de telefone no País, no período analisado, têm crescido ano a ano, apresentando maior ritmo de crescimento em 2004 e 2005. O aumento da oferta de telefones móveis celulares foi determinante para essa ocorrência, pois observa-se que desde 2004 as proporções de domicílios com esse tipo de telefone tiveram crescimento médio superior a 8 pontos percentuais, sendo que, em 2004, o aumento foi 9,7 pontos em relação a 2003; em 2005, foi 11,6 pontos em relação ao ano anterior; e, em 2006, foi 4,3 pontos. Por outro lado, desde 2005, observou-se queda no percentual de domicílios em que existiam telefones fixos.

Tabela 20 - Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes, por tipo - Brasil - 2001-2006

Ano	Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes(%)					
	Total	Móvel celular		Fixo convencional		Móvel celular e fixo convencional
		Total	Somente móvel celular	Total	Somente fixo convencional	
2001	58,9	31,1	7,8	51,1	27,9	23,2
2002	61,7	34,7	8,8	52,9	27,0	25,9
2003	62,0	38,6	11,2	50,8	23,4	27,4
2004	66,1	48,3	16,5	49,6	17,8	31,8
2005	72,4	59,9	23,6	48,8	12,5	36,3
2006	75,2	64,2	27,8	47,4	11,0	36,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2006.

Nota: Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As parcelas de domicílios dotados dos bens duráveis selecionados apresentaram crescimento para a maioria deles. Constituíram exceção o *freezer*, que apresentou redução pela razão comentada anteriormente, e o rádio, que mostrou estabilidade. A evolução da existência de microcomputador no País é um destaque, passando de 12,6%, em 2001, para 22,4%, em 2006, sendo que no Norte urbano, no Nordeste, no Sul e no Sudeste os percentuais praticamente dobraram. O maior crescimento do percentual de domicílios com geladeira foi no Nordeste, passando de 65,0% para 74,3%. Nessa região, foi a mais expressiva, também, a variação dos percentuais relativos à televisão.

Tabela 21 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 2001/2006

Ano	Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Geladeira						
2001	85,1	83,0	65,0	94,0	92,9	87,0
2006	89,8	87,8	74,3	96,1	96,5	92,8
Freezer						
2001	18,8	16,3	7,1	19,8	35,1	19,3
2006	16,4	13,4	6,5	16,1	33,0	19,4
Máquina de lavar roupa						
2001	33,7	26,0	9,3	44,0	48,9	28,1
2006	38,0	22,5	11,9	50,1	54,2	30,6
Rádio						
2001	88,0	75,5	81,0	92,3	93,4	83,8
2006	88,1	76,0	80,8	92,1	94,3	85,3
Televisão						
2001	89,1	88,2	78,4	94,4	92,3	88,5
2006	93,5	93,1	86,8	96,8	95,6	93,0
Microcomputador						
2001	12,6	6,7	5,2	17,3	13,9	10,6
2006	22,4	12,4	9,7	29,2	27,9	20,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2006.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá